

Syngenta Previ

Abril/2021

RELATÓRIO ANUAL

2020



syngenta

Índice

Mensagem da Diretoria-Executiva	3
Destaques do ano	5
Educação Financeira e Previdenciária	10
Gestão Administrativa	13
Gestão dos Investimentos	16
Gestão Contábil	25
Gestão Atuarial	50
Pareceres da Administração	65
Glossário	71

Mensagem da Diretoria-Executiva



MENSAGEM DA
DIRETORIA

DESTAQUES
DO ANO

EDUCAÇÃO
FINANCEIRA

GESTÃO
ADMINISTRATIVA

GESTÃO DOS
INVESTIMENTOS

GESTÃO
CONTÁBIL

GESTÃO
ATUARIAL

PARECERES DA
ADMINISTRAÇÃO

GLOSSÁRIO

Mensagem da Diretoria-Executiva

Mesmo com as dificuldades impostas pela falta de encontros presenciais e a adaptação acelerada ao trabalho 100% online, a Entidade registrou avanços significativos em 2020. O patrimônio superou a marca de 1,5 bilhão de reais.

A entrada de recursos de portabilidade da ordem de 3,2 milhões de reais em meio à crise aponta a crescente importância que você, nosso participante, vê na Syngenta Previ.

Por conta da pandemia, todos os nossos serviços e interações passaram a ser realizados por meio eletrônico, com a utilização de plataformas digitais.

No ano que passou, a Syngenta Previ também se adequou à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, garantindo maior segurança na guarda e no uso de seus dados. Além disso, tivemos outros avanços que poderão ser vistos na seção Destaques do Ano deste relatório.

Com relação aos investimentos, o ano também foi repleto de desafios. A velocidade e a profundidade da deterioração dos mercados financeiros

globais no primeiro trimestre pegaram a todos de surpresa.

No entanto, a reação igualmente rápida de governos e bancos centrais ajudou a iniciar o movimento de recuperação. Até mesmo a bolsa brasileira encerrou o ano no azul, com variação de 2,92%, ainda que diante da dificuldade de o país encaminhar as reformas econômicas necessárias.

Nesse cenário turbulento, a carteira consolidada de investimentos da Syngenta Previ encerrou 2020 com 5,36% de rentabilidade acumulada, recuperando-se das perdas do decorrer do ano. Veja mais na seção Investimentos deste relatório.

A diretoria da Syngenta Previ está acompanhando de perto tudo o que acontece no cenário econômico e também no pandêmico. Acreditamos que o fim desta crise sanitária está próximo e que em breve retomaremos a tão desejada proximidade. Enquanto isso, cuidem-se que a Syngenta Previ cuidará de seu futuro.

Boa leitura!



Os fatos mais relevantes do ano, que fizeram sua Entidade de previdência privada elevar a qualidade da administração, dos investimentos, da comunicação, do atendimento, da fiscalização e do pagamento de benefícios, com o objetivo de prestar um serviço de excelência a você.

Destques do ano



MENSAGEM DA
DIRETORIA

DESTAQUES
DO ANO

EDUCAÇÃO
FINANCEIRA

GESTÃO
ADMINISTRATIVA

GESTÃO DOS
INVESTIMENTOS

GESTÃO
CONTÁBIL

GESTÃO
ATUARIAL

PARECERES DA
ADMINISTRAÇÃO

GLOSSÁRIO

Rentabilidade no ano

A Syngenta Previ cuida de seu patrimônio com o objetivo de preservar seu capital e obter ganhos reais em longo prazo. Com a turbulência do primeiro trimestre de 2020 e a posterior recuperação, a rentabilidade dos perfis mais arrojados se destacou. Em longo prazo, porém, todos os perfis de investimento fazem frente aos indicadores de mercado, como você confere na seção Investimentos deste relatório.



Participantes do plano

A população da Syngenta Previ continuou a crescer em 2020. Agora somos 3.866 participantes, distribuídos da seguinte forma:



Participantes ativos: Funcionários das patrocinadoras contribuintes ao plano.

Assistidos: Participantes recebendo aposentadoria pela Entidade.

Autopatrocinados: Ex-participantes que optaram por continuar contribuindo ao plano.

BPD (vinculado): Ex-participantes que optaram por deixar os recursos na Entidade até completar a idade de aposentadoria.

O Plano de Benefícios Syngenta é patrocinado pela empresa Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.

ARRECADAÇÃO

R\$ 77,31 milhões

Foi o total arrecadado com contribuições de participantes e patrocinadoras em 2020.

PAGAMENTOS

R\$ 53,20 milhões

Foram pagos a participantes na forma de benefícios e resgates do plano no ano.



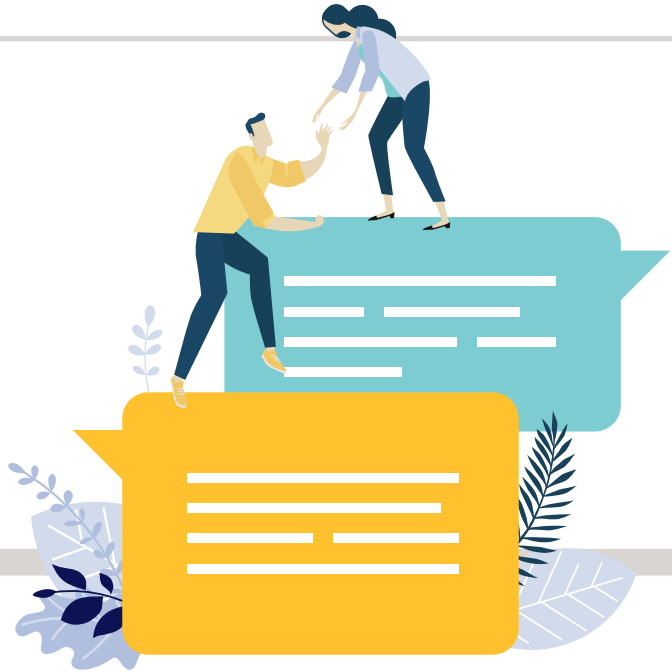
Patrimônio social

É a soma que garante o pagamento de sua aposentadoria, formada por contribuições de participantes e patrocinadoras e pelo resultado dos investimentos, menos o pagamento de benefícios e o custeio de despesas administrativas. Com patrimônio de R\$ 1,5 bilhão, a Syngenta Previ finaliza 2020 entre os 90 maiores fundos de pensão do Brasil, segundo o ranking da Abrapp, a associação do setor.

Ano	Em R\$ mil	Varição
2020	1.517.688	6,49%
2019	1.425.225	19,21%

Linguagem de libras

Em 2020, as pessoas com deficiência tiveram o acesso facilitado à comunicação da Syngenta Previ. Nosso novo vídeo de integração conta com um intérprete de libras, que amplia o universo de pessoas que podem entender com maior clareza o funcionamento do plano de benefícios.



Site reformulado

Estreou no segundo semestre o novo site da Syngenta Previ. Agora ficou mais simples e rápido para você acessar as informações e serviços de seu plano. A plataforma foi desenhada para ser 100% funcional em seu computador, smartphone e outros dispositivos móveis.

No site foi implementado um questionário que aponta o perfil de investimento recomendado ao participante. Você não é obrigado a seguir a recomendação durante a campanha semestral de alteração de perfil, mas o resultado deve ser um bom ponto de partida para a reflexão sobre suas características e seus objetivos como investidor.

Outra poderosa ferramenta incluída no site é o simulador de benefícios. Ele leva em consideração seus dados reais, como o saldo acumulado e o valor das contribuições. O simulador foi projetado para ser consultado periodicamente por você. Não deixe de conferir se seu plano está cumprindo suas expectativas, ou necessita uma correção de rumo.



Dados bem guardados

A segurança das informações foi uma das principais preocupações da administração da Syngenta Previ na construção do novo site, particularmente em sua área restrita. Mas não só. Foram revisados todos os processos digitais, assim como o aplicativo da Entidade, em função da entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados. Com essas ações, a Syngenta Previ buscou assegurar que suas informações estejam bem guardadas conosco.

Migração dos empregados da Nidera para a Syngenta Previ

Os funcionários da Nidera – 99% deles – preferiram portar seus recursos para a Syngenta Previ, em vez de manter seu saldo no antigo plano de previdência ou mesmo resgatá-lo no ano que passou. Somente nos meses de abril e maio, a soma trazida chegou a R\$ 3,2 milhões. A portabilidade é um mecanismo de transferência de dinheiro de um plano de previdência diretamente a outro, com a vantagem de não pagar imposto de renda, pois não há resgate.



R\$ 5,6 milhões

Foi o total de portabilidade recebida pela Syngenta Previ em 2020.

Veja mais realizações da Syngenta Previ em 2020 na seção Educação Financeira e Previdenciária.

Um momento de reflexão e aprendizado para você,
que é participante do plano de benefícios e busca sua
longevidade sustentável financeiramente.

Educação Financeira e Previdenciária



MENSAGEM DA
DIRETORIA

DESTAQUES
DO ANO

EDUCAÇÃO
FINANCEIRA

GESTÃO
ADMINISTRATIVA

GESTÃO DOS
INVESTIMENTOS

GESTÃO
CONTÁBIL

GESTÃO
ATUARIAL

PARECERES DA
ADMINISTRAÇÃO

GLOSSÁRIO



A Syngenta Previ mantém desde 2015 seu programa de educação financeira e previdenciária Futuro Sustentável, que visa disseminar conhecimentos e hábitos saudáveis financeiramente para que o participante melhore sua qualidade de vida presente e futura. As atividades do programa adquiriram maior importância no ano de pandemia, devido aos impactos sofridos por nossa carteira de investimentos, mas não só. Em seu lar, onde vive e trabalha atualmente, o participante com educação financeira tem melhor condição de buscar o equilíbrio na família. Veja a seguir nossas principais ações em 2020.

Encontros de investimento online

A Syngenta Previ promoveu no auge da primeira crise da covid-19 dois webinars sobre investimentos. O primeiro foi realizado em abril, “Cenário econômico e impactos na Syngenta Previ”. Os participantes puderam ouvir a análise dos efeitos da pandemia sobre os investimentos da Entidade e as perspectivas futuras. Também tiveram perguntas respondidas em tempo real.

O segundo webinar foi realizado em maio, “Cenário Econômico e Escolha de Perfil de Investimento”. Este também contou com a análise do ambiente financeiro,

impactado pela questão de saúde, mas foi destinado principalmente a auxiliar a decisão do participante na campanha de alteração de perfis.

ACESSE AQUI os vídeos dos eventos online, publicados logo após a realização.

Imposto de renda descomplicado

Quando a Receita Federal torna disponível o download do programa de imposto de renda, a Syngenta Previ orienta o participante a inserir as informações do plano na Declaração de Ajuste Anual. As instruções são segmentadas por público, pois são diferentes os documentos e os campos utilizados por ativos, aposentados, autotrocinados e aguardando benefício proporcional definido.

Este ano, a Receita Federal adiou o prazo final da entrega da Declaração de Ajuste para 31 de maio próximo. As contribuições de 2020 à Syngenta Previ devem ser inseridas na ficha Pagamentos Efetuados, código 36 – Previdência Complementar.

INCENTIVO FISCAL – Todas as contribuições – Básicas e Voluntárias – valem para usufruir o incentivo fiscal

de **12% da renda tributável**. A **Contribuição Básica** você faz todos os meses, por desconto em folha de pagamento – participante ativo – ou por depósito em conta – autopatrocinado.

Já a **Contribuição Voluntária** é feita por desconto mensal em folha ou por depósito em conta eventual. Esse tipo de contribuição é ideal ao participante que já contribui com os percentuais máximos de Contribuição Básica, mas quer aproveitar melhor o direito ao incentivo fiscal.

LIMITE DE INCENTIVO – É simples calcular seu limite de 12% para abatimento. Basta somar seus rendimentos recebidos de pessoa física ou jurídica e aplicar o percentual. Por exemplo, se você recebeu R\$ 150.000,00 de renda tributável no ano, você pode abater até R\$ 18.000,00 (12%) em depósitos a planos de previdência complementar. No site você encontra o **simulador de incentivo fiscal** que o ajuda a chegar ao valor de Contribuição Voluntária para o abatimento máximo.

QUANTO VOCÊ DEPOSITOU – O participante ativo confere o valor de suas contribuições mensais – Básicas e Voluntárias – no **Informe de Rendimentos** forne-

cido pela empresa. Quem fez Contribuição Voluntária por depósito em conta, assim como o autopatrocinado, acessa o valor depositado no ano na **Declaração de Contribuição** em sua área restrita do site.

PGBL E VGBL – Se você paga outros planos de previdência, até mesmo de seus filhos, eles também contam para atingir os 12% da renda tributável se forem do tipo **PGBL**. Planos do tipo **VGBL** não contam. E você terá o incentivo fiscal considerado se o **modelo completo** de declaração for o mais vantajoso. Faça a Contribuição Voluntária com inteligência e poupe mais para a longevidade.

APOSENTADO – O participante aposentado – assim como o participante desligado que resgatou seu saldo – pode acessar seu **Informe de Rendimentos** na sua área restrita do site. Quem optou pela Tabela Progressiva deve inserir o valor na ficha Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ, assim como o IR retido na fonte. Já o optante pela Tabela Regressiva anota a quantia na ficha Rendimentos Sujeitos à Tributação Exclusiva/Definitiva.



A Entidade é administrada e fiscalizada pelos seguintes órgãos: o Conselho Deliberativo, instância máxima de decisão, a Diretoria-Executiva, órgão de execução, e o Conselho Fiscal, órgão de controle interno. Conta com o Comitê de Investimentos, órgão consultivo composto por membros da Entidade e consultorias de investimentos e controle de riscos. E ainda conta com a Estrutura Interna para o atendimento ao participante e à realização das rotinas administrativas.

Gestão Administrativa



MENSAGEM DA
DIRETORIA

DESTAQUES
DO ANO

EDUCAÇÃO
FINANCEIRA

GESTÃO
ADMINISTRATIVA

GESTÃO DOS
INVESTIMENTOS

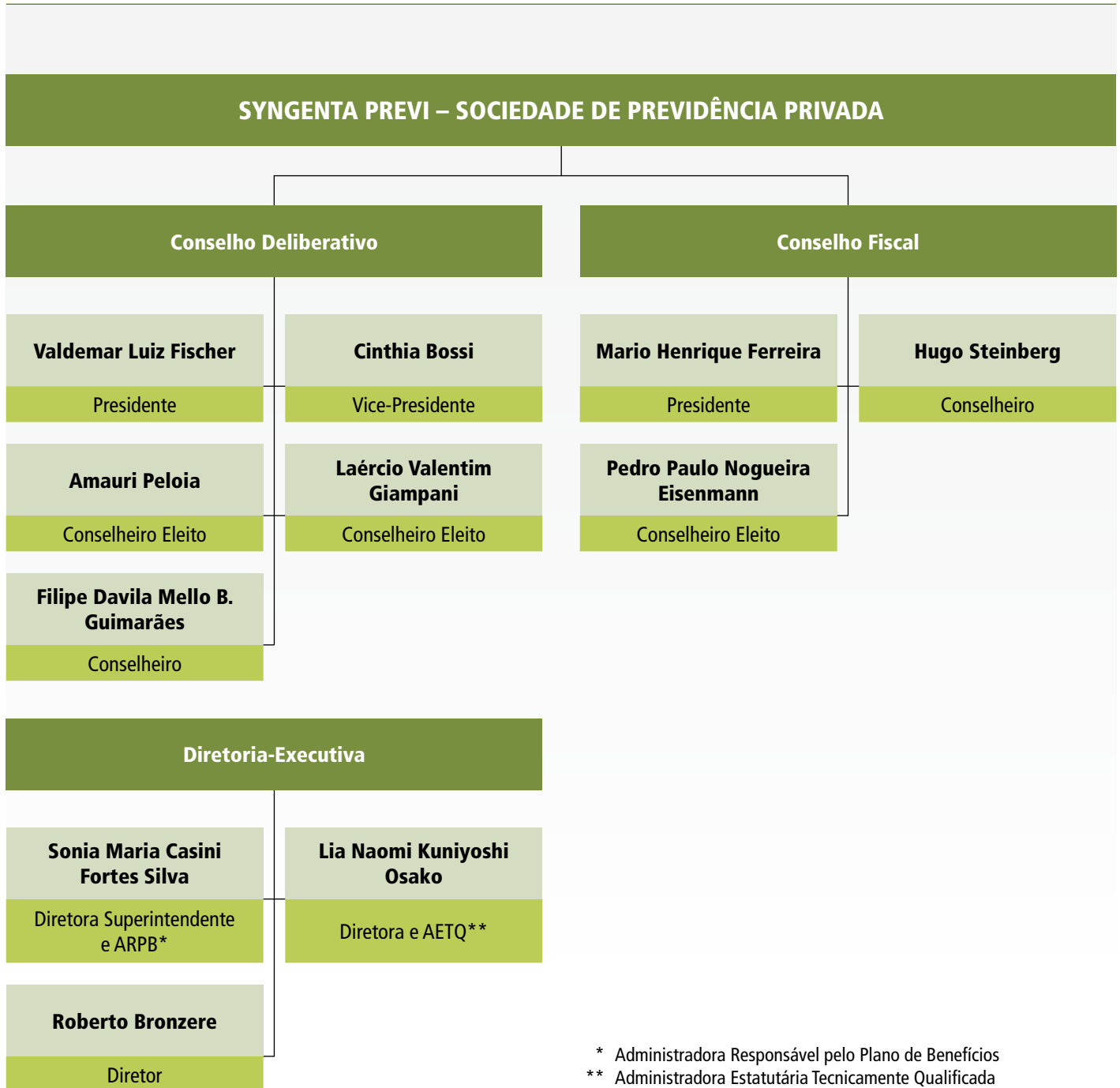
GESTÃO
CONTÁBIL

GESTÃO
ATUARIAL

PARECERES DA
ADMINISTRAÇÃO

GLOSSÁRIO

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



DESPESAS ADMINISTRATIVAS

São as despesas realizadas pela Syngenta Previ com administração e investimentos do plano de benefícios. Em 2020, o gasto total foi de R\$ 5.421 mil (0,36% do patrimônio social). As despesas se mantêm equilibradas com as necessidades reais da administração do Plano de Benefícios Syngenta.

GESTÃO ADMINISTRATIVA (Em R\$ mil)		
Descrição	2020	2019
Pessoal e encargos	1.570	991
Treinamentos, congressos e seminários	19	60
Serviços de terceiros	1.143	1.057
Despesas gerais	144	14
Tributos, taxas	188	283
TOTAL	3.064	2.406
EM % DO PATRIMÔNIO SOCIAL	0,20%	0,17%

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS (Em R\$ mil)		
Descrição	2020	2019
Pessoal e encargos	775	591
Despesa variável de investimento	689	601
Serviços de terceiros	747	800
Despesas gerais	10	15
Tributos, taxas	135	119
TOTAL *	2.357	2.126
EM % DO PATRIMÔNIO SOCIAL	0,16%	0,15%

* Despesas variáveis como taxas de administração e performance incorridas pelos fundos de investimento são deduzidas diretamente na cota de cada fundo, repassando para a Syngenta Previ a rentabilidade líquida. As despesas de 2020 totalizaram R\$ 8.178 mil, conforme informação da BNY Mellon Serviços Financeiros, responsável pelos serviços de administração e custódia centralizada dos fundos de investimento.

DESPESAS TOTAIS (ADMINISTRATIVAS + INVESTIMENTOS) (Em R\$ mil)		
Descrição	2020	2019
TOTAL	5.421	4.532
EM % DO PATRIMÔNIO SOCIAL	0,36%	0,32%
PATRIMÔNIO SOCIAL (em 31 de dezembro)	1.519.770	1.425.225

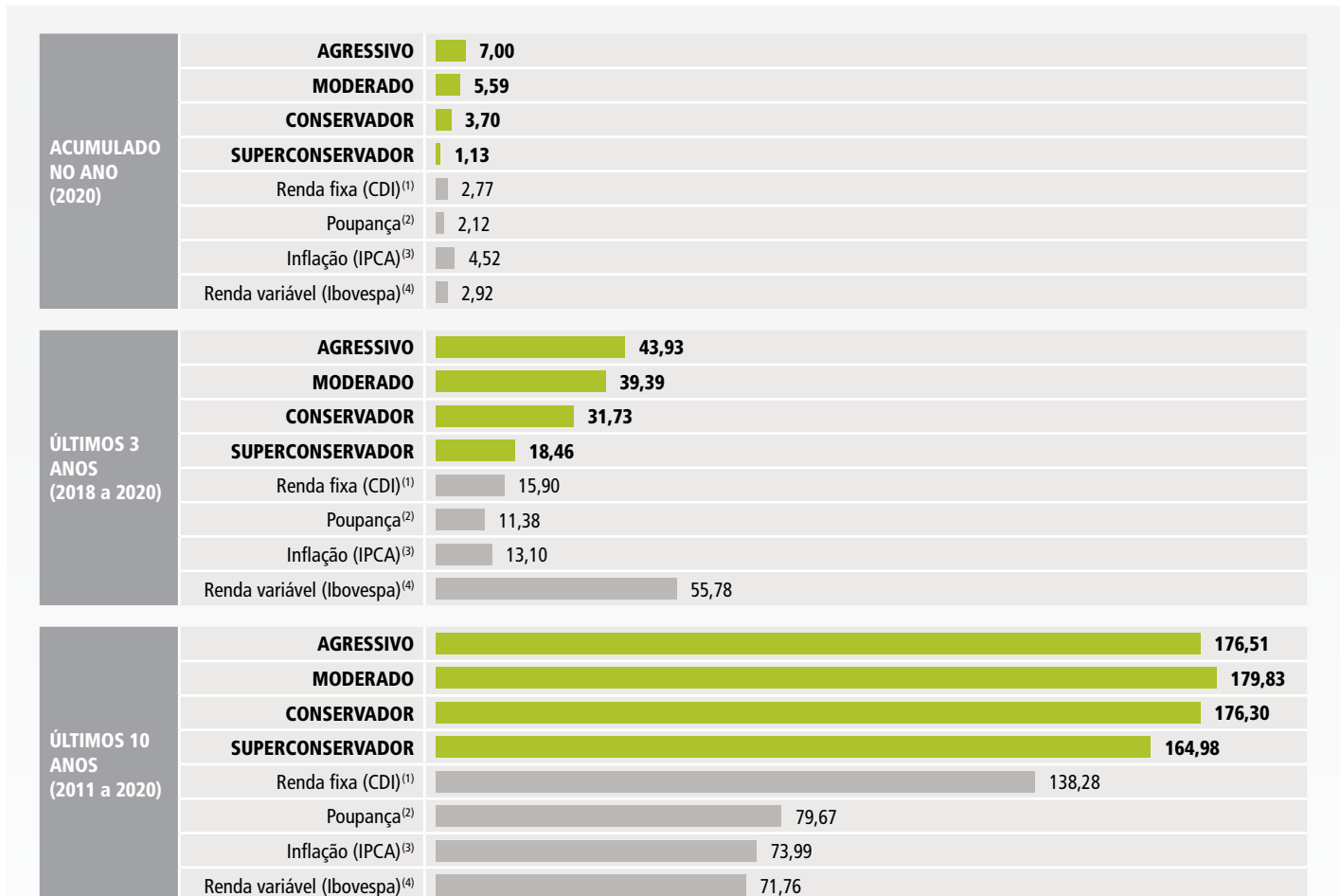
Nesta seção você vê como o seu dinheiro está investido no mercado financeiro. A rentabilidade dos investimentos, a alocação dos recursos pelos segmentos de aplicação, os gestores de investimentos, o respeito aos limites da política de investimento e da legislação.

Gestão dos Investimentos



RENTABILIDADE HISTÓRICA

O retorno dos investimentos da Syngenta Previ superou os indicadores do mercado financeiro em médio e longo prazo até 2020. O resultado indica a segurança e a consistência da Política de Investimento da Entidade (variação em %).



Saiba mais sobre o gráfico:

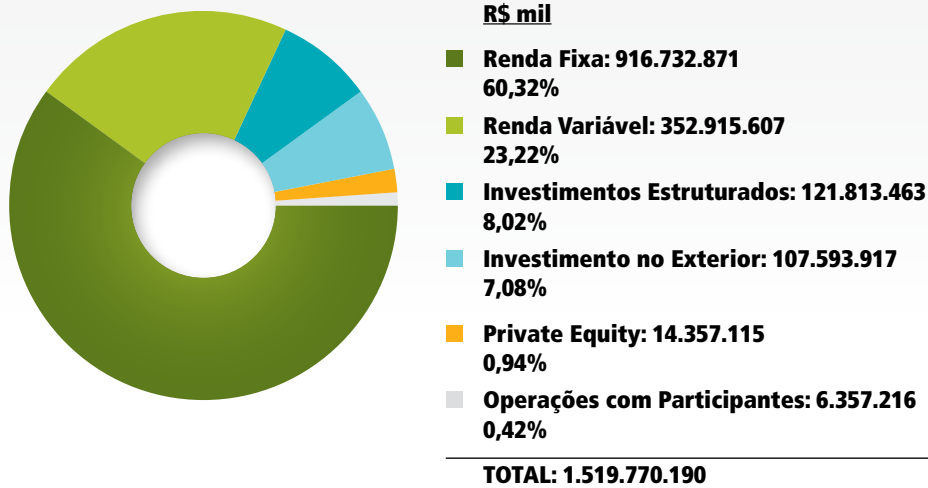
(1) CDI (Certificado de Depósito Interbancário): é a mais conhecida referência para aplicações de renda fixa (rentabilidade bruta); **(2) Caderneta de poupança**: é o investimento mais popular do país; **(3) IPCA**: é o índice oficial da inflação brasileira, calculado pelo IBGE; **(4) Ibovespa** (fechamento): é o índice mais conhecido da bolsa brasileira, utilizado como referência para aplicações de renda variável. Rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura.

O desempenho do perfil **Ciclo de Vida** é o mesmo dos perfis Superconservador, Conservador, Moderado e Agressivo, de acordo com a idade do participante. Para saber mais, veja o resumo dos perfis de investimento no infográfico da seção de investimentos do site www.syngentaprevi.com.br.

Quer entender a estratégia de investimento da Syngenta Previ? Veja o comentário publicado todos os meses em nosso site.

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

É a distribuição dos recursos da Entidade segundo os segmentos de aplicação (em dez/2020).



RENTABILIDADE POR SEGMENTOS

Mostra a rentabilidade dos investimentos acumulada em 2020, segundo os segmentos de aplicação.

SEGMENTO	2020
Plano	5,36%
Renda Fixa	9,61%
Renda Variável	4,67%
Investimentos Estruturados	-0,94%
Private Equity	24,42%
Operações com Participantes	13,75%
Investimentos no Exterior	21,06%

LIMITES DE ALOCAÇÃO X POLÍTICA DE INVESTIMENTOS X LEGISLAÇÃO

Mostra a alocação dos investimentos no fim de 2020, comparada aos limites estabelecidos pela Política de Investimentos da Entidade e pela legislação.

SEGMENTO	Alocação 2020	Política de Investimentos 2020			Limite Legal (Res. CMN 4661)
		Mínimo	Máximo	Alvo	
Renda Fixa	60,33%	0,00%	100,00%	65,52%	100,00%
Renda Variável	23,21%	0,00%	55,00%	20,00%	70,00%
Investimentos Estruturados	8,96%	0,00%	15,00%	8,07%	20,00%
Investimentos no Exterior	7,08%	0,00%	10,00%	3,41%	10,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	20,00%	0,00%	20,00%
Operações com Participantes	0,42%	0,00%	15,00%	3,00%	15,00%

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS POR GESTOR

São os valores e percentuais administrados pelos gestores de recursos no fim de 2020 (em R\$ mil).

Gestor	Patrimônio	% do total
Pacífico	206.733	13,60%
Mauá	205.000	13,49%
AZ Quest	201.700	13,27%
Tag Investimentos	80.100	5,27%
Capitânia	65.700	4,32%
Western	61.200	4,03%
AZ Quest	60.900	4,01%
Bogari	49.800	3,28%
Atmos	42.700	2,81%
Velt	38.200	2,51%
Ação	38.100	2,51%
Absoluto Partners	38.100	2,51%
Augme	35.000	2,30%
AZ Quest	27.300	1,80%
Equitas	26.300	1,73%
Papel	20.600	1,36%
Oaktree	18.094	1,19%
Moat Capital	17.813	1,17%
AZ Quest	17.700	1,16%
Pimco	17.700	1,16%
Miles	17.000	1,12%
Oceana	15.700	1,03%
Hamilton Lane	14.357	0,94%
Morgan Stanley	13.500	0,89%
Wellington	13.400	0,88%

Gestor	Patrimônio	% do total
Schroder	11.900	0,78%
Western	11.900	0,78%
Man	11.700	0,77%
Papel	10.600	0,70%
XP Investimentos	10.416	0,69%
Legacy	10.200	0,67%
Canvas	9.900	0,65%
Votorantim	9.400	0,62%
Absolute	9.271	0,61%
Captalys	9.100	0,60%
RPS	8.100	0,53%
SPX	7.800	0,51%
SPX	7.100	0,47%
Apex	7.100	0,47%
Giant Steps	7.000	0,46%
Solana	6.900	0,45%
Kadima	6.700	0,44%
NW3	6.596	0,43%
Empréstimos	6.400	0,42%
Canvas	6.200	0,41%
Absolute	2.390	0,16%
BNY Mellon	200	0,01%
BNY Mellon	200	0,01%
TOTAL	1.519.770	100,00%

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS EM 2020

Este quadro apresenta o valor total dos recursos dos planos administrados pela Syngenta Previ e aqueles registrados nos balancetes do Plano de Benefícios Syngenta e do Plano de Gestão Administrativa (PGA).

CARTEIRA PRÓPRIA - TOTAL			
Item	Plano de Benefícios (R\$)	PGA (R\$)	Entidade (R\$)
TOTAL	1.518.445.783,63	799.900,25	
Depósitos	587.328,13	4,05	
Títulos Públicos	-	-	
Títulos Privados	-	-	
Ações	-	-	
Empréstimos/Financiamentos	6.425.673,29	-	
Carteira Imobiliária	-	-	
Valores a Pagar/Receber	-1.180.295,60	-	

FUNDOS (1º NÍVEL) - TOTAL				
Item	CNPJ do Fundo	Plano de Aposentadoria (R\$)	PGA (R\$)	Entidade (R\$)
TOTAL		1.512.613.077,81	799.896,20	1.513.412.974,01
MS GLOBAL OPPORTUNITIES ADV FC FIA IE	33913562000185	13.581.389,38		13.581.389,38
SCHRODER TECH EQUITY LS FC FI MULT IE	35744790000102	11.909.668,51		11.909.668,51
AUGME INSTITUCIONAL FI RF CRED PRIV	30568485000185	35.025.323,09		35.025.323,09
BASEL FI RF CRED PRIV	17453712000169	61.218.557,86		61.218.557,86
CAPITANIA SYNTA CRED PRIV FI RF	20889158000171	65.795.575,31		65.795.575,31
HAMILTON LANE BRASIL FI D FI II FIP MULT	23738050000176	14.357.115,42		14.357.115,42
MAN AHL TARGET RISK FI MULT IE	34461768000184	11.729.646,13		11.729.646,13
MAUA SYNTA FI RF LP	20969532000149	204.898.136,17	141.422,61	205.039.558,79
OAKTREE GLOBAL CREDIT FI MULT IE	29363886000110	17.737.553,58		17.737.553,58
PIMCO INCOME FI MULT INV EXT	23720107000100	17.712.287,46		17.712.287,46
SYNTA AZ QUEST FI RF LP	20979909000140	201.254.410,66	530.098,15	201.784.508,81
SYNTA AZ QUEST FIRF CRED PRIV	19091575000195	60.943.904,57		60.943.904,57
SYNTA FC FI MULT	9521007000123	121.813.463,28		121.813.463,28
SYNTA FIA	20214858000166	352.915.607,08		352.915.607,08
SYNTA PACIFICO FI RF	5427031000147	206.633.517,87	128.375,43	206.761.893,31
SYNTA PASSIVO FI RF SIMPLES	32225875000188	80.163.549,09		80.163.549,09
VOT ALLIANZGI EUR EQU GROWTH FI MULT IE	12287913000110	9.474.338,90		9.474.338,90
WA MACRO OPPORTUNITIES FI MULT IE	22282992000120	11.952.301,88		11.952.301,88
WELLINGTON VENT DOLAR MASTER ADV FIA IE	35556516000100	13.496.731,56		13.496.731,56

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA 2021

É o documento que estabelece as regras e condições para a aplicação dos recursos dos planos de benefícios administrados pela Syngenta Previ no mercado financeiro. A Política de Investimentos é desenvolvida com base no grau de tolerância a risco e objetivos de investimentos de longo prazo, garantindo uma gestão prudente e eficiente, visando à manutenção do equilíbrio entre seus ativos (aplicações financeiras) e passivo (dívidas).

PERÍODO DE REFERÊNCIA

Janeiro a Dezembro de 2021

INFORMAÇÕES DA ENTIDADE

Código: 1585	Sigla: SYNGENTA PREVI	Plano de Benefícios Syngenta: 2006000911
Código: 1585	Sigla: SYNGENTA PREVI	Plano de Gestão Administrativa (PGA): 9970000000

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2021 - 31/12/2021	Plano	Lia Naomi Kuniyoshi Osako	295.203.268-80	Diretora de Investimentos

Data de aprovação pelo Conselho Deliberativo: 08/12/2020

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

PLANO DE BENEFÍCIOS SYNGENTA

Participação %	Plano/Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de Juros % a.a.
100,00	PLANO	100,00	INPC	3,77
100,00	RENDA FIXA	100,00	CDI	1,00
100,00	RENDA VARIÁVEL	100,00	IBRX	0,00
100,00	ESTRUTURADO	100,00	CDI	2,00
100,00	IMOBILIÁRIO	100,00	IFIX	0,00
100,00	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	100,00	INPC	3,77
100,00	EXTERIOR	100,00	50% MSCI WORLD + 50% BLOOMBERG BARCLAYS GLOBAL AGGREGATE TOTAL RETURN HEDGED	0,00

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

Participação %	Plano/Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de Juros % a.a.
100,00	PLANO	100,00	CDI	0,00
100,00	RENDA FIXA	100,00	CDI	0,00

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS			
PLANO DE BENEFÍCIOS SYNGENTA			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	0,00%	100,00%	51,60%
RENDA VARIÁVEL	0,00%	55,00%	20,90%
ESTRUTURADO	0,00%	20,00%	13,40%
IMOBILIÁRIO	0,00%	20,00%	1,40%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0,00%	15,00%	3,10%
EXTERIOR	0,00%	10,00%	9,60%
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	0,00%	100,00%	100,00%

(1) A Syngenta Previ observa os princípios de responsabilidade socioambiental? **Sim**
 (2) Utiliza Derivativos? Plano de Benefícios: **Sim**; PGA: **Não**
 (3) Avaliação prévia dos riscos envolvidos? **Sim**
 (4) Existência de sistema de controles internos? **Sim**
 (5) O plano possui Perfis de Investimentos? **Sim**

PERFIS DE INVESTIMENTO								
O plano possui Perfis de Investimento? Sim								
Perfil	Superconservador		Conservador		Moderado		Agressivo	
	Mínimo %	Máximo %	Mínimo %	Máximo %	Mínimo %	Máximo %	Mínimo %	Máximo %
RENDA FIXA	93,00	100,00	25,00	100,00	7,00	100,00	0,00	100,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	0,00	0,00	20,00	15,00	45,00	25,00	55,00
ESTRUTURADO	0,00	0,00	0,00	20,00	0,00	20,00	0,00	20,00
IMOBILIÁRIO	0,00	0,00	0,00	20,00	0,00	20,00	0,00	20,00
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0,00	9,00	0,00	5,00	0,00	5,00	0,00	5,00
EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	10,00	0,00	10,00	0,00	10,00

ALOCAÇÃO POR EMISSOR

PLANO DE BENEFÍCIOS SYNGENTA E PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

Emissor	Mínimo %	Máximo %	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00	100,00	
Instituição Financeira	0,00	20,00	
Demais Emissores	0,00	10,00	

CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR

PLANO DE BENEFÍCIOS SYNGENTA E PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

Emissor	Mínimo %	Máximo %	Não Aplica
% do Capital Votante de uma mesma Cia. Aberta	0,00	25,00	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00	25,00	
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário	0,00	25,00	
% Fundo de investimento constituído no exterior de que trata o inciso III do art. 26	0,00	15,00	
% Do emissor listado na alínea "d" do inciso III do art. 21	0,00	15,00	
% De uma mesma classe ou série de títulos ou valores mobiliários de renda fixa	0,00	25,00	

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO

PLANO DE BENEFÍCIOS SYNGENTA E PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

Emissor	Mínimo %	Máximo %	Não Aplica
% de uma Série de Títulos ou Valores Imobiliários	0,00	25,00	
% de uma Classe ou Série de Cotas de FIDC	0,00	25,00	
% de um Mesmo Empreendimento Imobiliário			x

RENTABILIDADE (%)				
PLANO DE BENEFÍCIOS SYNGENTA				
Plano/Segmento	2018	2019	2020	Não Aplica
Plano	9,18	18,58	5,35	
Renda Fixa	9,01	13,15	4,18	
Renda Variável	14,82	44,98	4,67	
Investimentos Estruturados	3,88	8,77	1,74	
Investimentos no Exterior	-1,55	18,59	21,06	
Imóveis	0,00	0,00	0,00	x
Operações com Participantes	21,58	16,56	13,75	
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)				
Plano/Segmento	2018	2019	2020	Não Aplica
Plano	8,55	16,28	1,65	
Renda Fixa	8,55	16,28	1,65	
Renda Variável				x
Investimentos Estruturados				x
Investimentos no Exterior				x
Imóveis				x
Operações com Participantes				x

CONTROLE DE RISCOS	
PLANO DE BENEFÍCIOS SYNGENTA E PGA	
Os riscos em questão são aqueles aos quais a Syngenta Previ acredita estar exposta e, portanto, precisa monitorá-los de forma mais ativa. São eles:	
(1) Risco Mercado	(4) Risco Legal
(2) Risco de Liquidez	(5) Risco de Contraparte
(3) Risco Operacional	(6) Outros
Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

As contas da Entidade estão apresentadas em atendimento às disposições legais, sendo compostas pelos seguintes documentos: Relatório dos auditores independentes; Balanço patrimonial consolidado; Demonstração da mutação do patrimônio social consolidada; Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (PGA); Demonstração do ativo líquido do plano de benefícios; Demonstração da mutação do ativo líquido do plano de benefícios; Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios; e Notas explicativas às demonstrações contábeis.

Gestão Contábil



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Participantes e Patrocinadores da
SYNGENTA PREVI – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
São Paulo - SP

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da SYNGENTA PREVI - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais dos planos de benefícios, quais sejam: do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, provisões técnicas e dos planos de gestão administrativo, do exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SYNGENTA PREVI - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 5 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. Outras informações que acompanham as demonstrações e o Relatório dos Auditores

A Administração da Entidade é responsável por outras informações que constam do Relatório Anual de Informações, por plano de benefícios, ainda não concluído até a data de emissão deste nosso relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de opinião ou conclusão de auditoria sobre o mesmo.

4. Responsabilidade da Administração e da Governança

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

5. Responsabilidade do Auditor

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:


- a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos técnicos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

- c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- d. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de perenidade dos planos de benefícios e de gestão administrativa, de continuidade operacional e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade bem como da perenidade de seus planos. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a liquidação dos planos e/ou a descontinuidade dos negócios da Sociedade;
- e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 15 de março de 2021.

FERNANDO MOTTA AUDITORES
CRC-MG 12.557 | CVM 12.815



Luiz Alberto Rodrigues Mourão
Contador CRC SP 1RJ046114/O

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2020 e 2019

BALANÇO PATRIMONIAL – CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro

Em R\$ mil

Ativo		2020	2019	Passivo		2020	2019
Disponível	nota 4.1	587	292	Exigível operacional		2.949	2.444
				Gestão previdencial	nota 5.1	2.537	2.166
Realizável		1.520.051	1.427.377	Gestão administrativa	nota 5.1	412	278
Gestão previdencial	nota 4.2.a	185	248	Patrimônio Social		1.517.689	1.425.225
Gestão administrativa	nota 4.2.b	27	16	Patrimônio de Cobertura do Plano		1.504.664	1.407.996
Investimentos		1.519.839	1.427.113	Provisões matemáticas	nota 5.1	1.502.087	1.405.416
Fundos de investimentos	nota 4.2.c	1.513.413	1.420.618	Benefícios concedidos		377.725	351.842
Empréstimos e Financiamentos	nota 4.2.d	6.426	6.495	Benefícios a conceder		1.124.362	1.053.574
				Equilíbrio Técnico		2.577	2.580
				Resultados realizados		2.577	2.580
				Superávit técnico acumulado		2.577	2.580
				Fundos		13.025	17.229
				Fundos previdenciais		11.398	14.384
				Fundos administrativos		1.595	2.845
				Fundos dos Investimentos		32	
Total do Ativo		1.520.638	1.427.669	Total do Passivo		1.520.638	1.427.669

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – CONSOLIDADA

Em 31 de dezembro

Em R\$ mil

	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>Variação %</u>
A) Patrimônio Social - início do exercício	1.425.225	1.195.523	19,21
1. Adições	163.228	294.445	-44,56
(+) Contribuições Previdenciais	84.361	70.117	20,31
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	74.665	218.344	-65,80
(+) Receitas Administrativas	4.135	5.707	-27,55
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativo	35	277	-87,36
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	32	0	0,00
2. Destinações	(70.764)	(64.743)	9,30
(-) Benefícios	(64.137)	(60.211)	6,52
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	-	0,00
(-) Constituição de contingências	-	-	0,00
(-) Despesas Administrativas	(5.421)	(4.532)	19,62
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativo	-	-	100,00
(-) Constituição de fundos - Gestão Administrativa	(1.206)	-	0,00
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	92.464	229.702	-59,75
(+/-) Provisões Matemáticas	(96.671)	228.551	-142,30
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	3	(1.382)	-100,22
(+/-) Fundos Previdenciais	2.986	1.081	176,23
(+/-) Fundo Administrativo	1.250	1.452	-13,91
(+/-) Fundo de Investimentos	(32)	0	0,00
B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3)	1.517.689	1.425.225	6,49

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Em 31 de dezembro

Em R\$ mil

	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>Variação %</u>
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	2.845	1.393	104,24
1. Custeio da Gestão Administrativa	4.170	5.984	(30,31)
1.1. Receitas	4.170	5.984	(30,31)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.207	3.136	(61,51)
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.901	2.547	13,90
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	7	13	(46,15)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	35	277	(87,36)
Outras Receitas	20	11	100,00
2. Despesas administrativas	(5.420)	(4.532)	19,59
2.1. Administração previdencial	(3.064)	(2.406)	27,35
Pessoal e encargos	(1.569)	(991)	58,32
Treinamentos, congressos e seminários	(22)	(23)	(4,35)
Serviços de terceiros	(1.238)	(1.054)	17,46
Despesas gerais	(58)	(56)	3,57
Tributos	(177)	(282)	(37,23)
2.2. Administração dos investimentos	(2.356)	(2.126)	10,82
Pessoal e encargos	(778)	(599)	29,88
Treinamentos, congressos e seminários	(7)	(7)	100,00
Viagens e estadias	-	-	100,00
Serviços de terceiros	(1.436)	(1.401)	2,50
Tributos	(135)	(119)	13,45
2.5. Outras despesas	-	-	100%
3. Sobra/Insuficiência da gestão administrativa (1-2)	(1.250)	1.452	(186,09)
4. Constituição/Reversão do fundo administrativo (3)	(1.250)	1.452	(186,09)
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+4)	1.595	2.845	(43,94)

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO DE BENEFÍCIOS SYNGENTA

Em 31 de dezembro

Em R\$ mil

	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>Variação %</u>
1. Ativos	1.521.406	1.427.938	6,55
Disponível	587	292	101,03
Recebível	1.780	3.093	-42,45
Investimento	1.519.039	1.424.553	6,63
Fundos de Investimentos	1.512.613	1.418.058	6,67
Empréstimos e Financiamentos	6.426	6.495	0,00
2. Obrigações	(3.717)	(2.713)	37,01
Operacional	(3.717)	(2.713)	37,01
3. Fundos não previdenciais	(1.627)	(2.845)	-42,81
Fundos administrativos	(1.595)	(2.845)	-43,94
Fundos dos investimentos	(32)	-	-32,00
4. Ativo líquido (1-2-3)	1.516.062	1.422.380	6,59
Provisões matemáticas	1.502.087	1.405.416	6,88
Superávit/Déficit Técnico	2.577	2.580	-0,12
Fundos Previdenciais	11.398	14.384	-20,76
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2.577	2.580	0,00
a) Equilíbrio Técnico	2.577	2.580	0,00
b) (+/-) Ajustes de Precificação	-	-	0,00
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a+b)	2.577	2.580	0,00

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO DE BENEFÍCIOS SYNGENTA

Em 31 de dezembro

Em R\$ mil

	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>Variação %</u>
A) Ativo Líquido - início do exercício	1.422.380	1.194.129	19,11
1. Adições	159.026	291.597	-45,46
(+) Contribuições	84.361	73.253	15,16
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	74.665	218.344	-65,80
2. Destinações	(65.344)	(63.346)	3,15
(-) Benefícios	(64.137)	(60.210)	6,52
(-) Custeio administrativo	(1.207)	(3.136)	-61,51
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	93.682	228.251	-58,96
(+/-) Provisões matemáticas	96.671	228.552	-57,70
(+/-) Fundos previdenciais	(2.986)	1.081	-376,23
(+/-) Superávit/(Déficit) técnico do exercício	(3)	(1.382)	-99,78
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	1.516.062	1.422.380	6,59
C) Fundos não previdenciais	(1.250)	1.452	-186,09
(+/-) Fundo administrativo	(1.250)	1.452	-186,09

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS – PLANO DE BENEFÍCIOS SYNGENTA

Em 31 de dezembro

Em R\$ mil

	2020	2019	Variação %
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	1.519.779	1.425.093	6,64
1. Provisões matemáticas	1.502.087	1.405.416	6,88
1.1. Benefícios concedidos	377.725	351.842	7,36
Contribuição definida	364.718	338.846	7,64
Benefício definido	13.007	12.996	0,08
1.2. Benefícios a Conceder	1.124.362	1.053.574	6,72
Contribuição definida	1.123.596	1.052.723	6,73
Saldo de contas - Parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	661.615	621.590	6,44
Saldo de contas - Parcela participantes	461.981	431.133	7,16
Benefício definido	766	851	-9,99
2. Equilíbrio técnico	2.577	2.580	-0,12
2.1. Resultados realizados	2.577	2.580	-0,12
Superávit técnico acumulado	2.577	2.580	-0,12
Reserva de contingência	2.577	2.580	-0,12
3. Fundos	11.398	14.384	-20,76
3.1. Fundos Previdenciais	11.398	14.384	-20,76
4. Exigível Operacional	3.717	2.713	37,01
4.1. Gestão Previdencial	2.537	2.166	17,13
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1.180	547	115,72

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro

Em R\$ mil

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada (Entidade) é uma entidade fechada de previdência complementar, constituída em conformidade com a Lei complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, sob a forma de sociedade civil, de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com personalidade jurídica autônoma de direito privado, distinta de suas patrocinadoras, sendo que seu funcionamento foi autorizado por meio de Portaria do Ministério da Previdência Social - MPS.

Para atender aos funcionários das patrocinadoras, a entidade tem como finalidade instituir planos privados de concessão de benefícios de pecúlio e/ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. Os recursos necessários à consecução dos seus objetivos são obtidos por meio de contribuições mensais das patrocinadoras Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. e Syngenta Seeds Ltda. (ex-Nidera) sendo elas solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios Syngenta.

	Número de Participantes	
	31/12/2020	31/12/2019
Ativos	3.188	2.673
Assistidos	341	325
Autopatrocinaados	41	44
BPD (aguardando benefício)	419	391
Total	3.989	3.433

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, em conformidade, com as regras, critérios e procedimentos contábeis adotados para as Entidades Fechadas de Previdência Complementares (EFPC) instituídos pela ITG - Interpretação Técnica Geral 2001, aprovada pela Resolução nº 1272 do CFC, de 22 de janeiro de 2010, além de outros normativos do sistema de previdência complementar, que estabeleceram as diretrizes contábeis aplicáveis às EFPC, em especial, a Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 29, de 13 de abril de 2018 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26 da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas

(Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil das operações obedece ao plano de contas padrão em vigor para as EFPCs, observadas as normas, os procedimentos e os critérios gerais determinados pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

(a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, exceto pelas contribuições de autopatrocinados e dos participantes aguardando benefício proporcional diferido (BPD), as quais são registradas pelo regime de caixa.

(b) Realizável

Gestão previdencial - Refere-se a valores a receber das patrocinadoras, dos participantes e autopatrocinados relativos às contribuições mensais, registrados ao valor do custo.

Gestão administrativa - Refere-se a valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

(c) Investimentos

Os limites operacionais de aplicações dos recursos da Entidade foram estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.661 de 25 de maio de 2018.

Nos termos da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da administração na data da aquisição, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação - registrar os títulos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado dos ajustes reconhecidos

nas demonstrações das mutações do patrimônio social e nas demonstrações das mutações do ativo líquido.

- (ii) Títulos mantidos até o vencimento - registrar os títulos para os quais a Entidade mantém intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Estes títulos devem ser classificados como baixo risco por agência de risco do País, os quais serão avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável, reconhecidos nas demonstrações das mutações do patrimônio social e nas demonstrações das mutações do ativo líquido. Na data base de 31 de dezembro de 2019, a entidade não possui títulos registrados nessa categoria.

A Syngenta Previ classificou toda a sua carteira de títulos e valores mobiliários na categoria de Títulos para Negociação, com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, os quais são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, são adotados os seguintes critérios:

- (i) Fundos de investimentos, pelo valor da quota na data do balanço, informada pelo administrador do fundo.
- (d) Custódia de títulos

As aplicações no segmento de renda fixa estão registradas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos S.A (CETIP)– e as ações estão custodiadas na B3&BOVESPA (Brasil, Bolsa, Balcão), em atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.661 de 25 de maio de 2018.
- (e) Operações com participantes

Registram as operações de empréstimos concedidos a participantes, que estão demonstrados pelos saldos originais dos empréstimos, acrescidos dos encargos auferidos até a data do balanço.
- (f) Exigível operacional

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, salários dos empregados da Entidade, prestação de serviços por terceiros, investimentos, operações com participantes e obrigações fiscais.

(g) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado do plano de benefício previdencial.

O patrimônio do Plano de Gestão Administrativa - PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo não caracteriza obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

A Syngenta Previ utiliza o patrimônio de cada patrocinadora como critério de rateio para alocação das despesas previdenciais comuns.

A Syngenta Previ possui o regulamento próprio do Plano de Gestão Administrativa – PGA, adequado a legislação vigente, sendo o mesmo aprovado pelo Conselho Deliberativo, observando os aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos administrativos da Entidade.

(h) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas foram determinadas por atuário externo e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder, assegurados aos participantes ou a seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento do Plano de Benefícios das Patrocinadoras.

(i) Estimativas atuariais e contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2020 e 2019, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis.

Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo e o valor justo de determinados instrumentos financeiros.

3. ATIVO

3.1 Disponível

Representado por depósitos à vista na seguinte instituição financeira:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Imediato		
Banco Itaú S.A.	579	122
Vinculado		
BNY Mellon	<u>8</u>	<u>170</u>
Total Disponível	<u><u>587</u></u>	<u><u>292</u></u>

3.2 Realizável

(a) Gestão Previdencial

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Recursos a Receber		
Autopatrocinados	2	2
Adiantamentos		
Adiantamento de Benefício	-	-
Devedores Diversos		
Pessoa Jurídica	50	50
Pessoa Física	66	129
Tributos a compensar	<u>67</u>	<u>67</u>
Total Gestão Previdencial	<u><u>185</u></u>	<u><u>248</u></u>

(b) Gestão Administrativa

Contas a Receber		
Contribuição para o custeio	2	2
Despesas Antecipadas	10	6
Tributos a compensar	<u>15</u>	<u>8</u>
Total Gestão Administrativa	<u><u>27</u></u>	<u><u>16</u></u>

(c) Investimentos

- I. Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira de investimentos da Entidade são registrados em conformidade com o disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.661 de 25 de maio de 2018. Os investimentos estavam compostos da seguinte forma em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Descrição	2020				
	<u>1 até 360</u>	<u>Acima de</u>	<u>Sem Prazo</u>	<u>Valor</u>	
	<u>Determinado</u>	<u>360</u>		<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
I - Fundos de investimentos exclusivos	<u>468.744</u>	<u>763.871</u>	<u>123.821</u>	<u>1.356.437</u>	<u>1.356.437</u>

Títulos para negociação					
Nota Promissória	-	608		608	608
BDR II e III	204	-		204	204
Certificados de Depósito Bancário - CDB	-	-		-	-
Debêntures	1.811	113.513		115.324	115.324
Ativos Exterior	2.495	13.092		15.587	15.587
Ações	271.071	-		271.071	271.071
Depósitos a Prazo	-	-		-	-
Cotas de Fundos			123.821	123.821	123.821
Letra Financeira – LF	6.268	12.391		18.658	18.658
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.263	311.007		315.270	315.270
Letras do Tesouro Nacional - LTN	524	8.488		9.012	9.012
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	28.210	301.804		330.013	330.013
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	973	2.863		3.836	3.836
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	-	146		146	146
Valoras a Pagar/Receber	- 6.332	-		6.332	6.332
Operações Compromissadas	148.085	-		148.085	148.085
Tesouraria	2.683	-		2.683	2.683
Termo	3.858	-		3.858	3.858
Derivativos	4.632	41		4.591	4.591
II - Fundos de investimentos abertos			156.976	156.976	156.976
Títulos para negociação			156.976	156.976	156.976
III - Empréstimos e Financiamentos	2.142	4.283,78		6.426	6.426
	2.142	4.283,78		6.426	6.426
Total fundos de investimento (I + II + III)	470.886	768.155	280.797	1.519.839	1.519.838,65

Descrição	2019				
	1 ate 360	Acima de 360	Sem Prazo Determinado	Valor	
	Determinado	Dias		Contábil	Mercado
I - Fundos de investimentos exclusivos	200.591	741.946	410.617	1.353.154	1.353.154

Títulos para negociação					
Debêntures	2.779	99.512	-	102.290	102.290
Cotas de Fundos	-	34.597	410.617	445.214	445.214
Letra Financeira – LF	2.187	26.277	-	28.464	28.464
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	159.883	273.371	-	433.254	433.254
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.227	120	-	10.348	10.348
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	304.629	-	304.629	304.629
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	-	3.345	-	3.345	3.345
Valores a Pagar/Receber	(1.580)	-	-	(1.580)	(1.580)
Operações Compromissadas	24.965	-	-	24.965	24.965
Tesouraria	27	-	-	27	27
Derivativos	2.103	95	-	2.198	2.198
II - Fundos de investimentos abertos	-	-	67.464	67.464	67.464
Títulos para negociação			67.464	67.464	67.464
III - Empréstimos e Financiamentos	2.165	4.330	-	6.495	6.495
	2.165	4.330	-	6.495	6.495
Total fundos de investimento (I + II + III)	202.756	746.276	478.081	1.427.113	1.147.113

d) Empréstimos e Financiamentos

Em Janeiro/2015, através de aprovação interna do Conselho Fiscal e Deliberativo, a Syngenta Previ passou a realizar concessões de empréstimos a seus participantes, de acordo com a política de empréstimos estabelecida e aprovada pelo referido conselho.

	2020	2019
Empréstimos e Financiamentos	6.426	6.495
Total Empréstimos e Financiamentos	6.426	6.495

Não há desenquadramento dos investimentos em relação à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.661 de 25 de maio de 2018, bem como não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 2020 e 2019.

O valor de mercado das quotas dos Fundos de Investimento foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimentos nos

quais a Entidade aplica seus recursos. Além disso, os fundos de investimentos estão registrados na CETIP S.A. – Mercados Organizados.

4. PASSIVO

5.1 Exigível operacional

■ Gestão previdencial

	2020	2019
Aposentadoria	-	350
Restituições	784	84
Imposto de Renda	-	39
Outras exigibilidades – credores diversos (pessoa jurídica)*	1.753	1.693
Total Gestão Previdencial	<u>2.537</u>	<u>2.166</u>

*Pessoa Jurídica - Este valor refere-se a diferença entre a SELIC e o retorno dos investimentos a ser repassado as ex-patrocinadoras que se retiraram do Plano de Benefícios e também aos participantes que solicitaram resgate de suas contribuições sendo: ICI Brasil S.A. R\$ 1.212 (2019 - R\$ 1.055), Sthal Brasil S.A. R\$ 240 (2019 - R\$ 220) e Huntsman ICI Brasil Ltda. R\$ 432 (2019 - R\$ 418).

■ Gestão administrativa

	2020	2019
Contas a Pagar	164	
Pessoa Jurídica		118
Retenções a Recolher	2	5
Tributos a Recolher	19	26
Outras exigibilidades – Pessoa Jurídica	227	129
Total Gestão Administrativa	<u>412</u>	<u>278</u>

5.2 Patrimônio Social

• Provisões matemáticas e métodos atuariais

As provisões matemáticas foram determinadas por atuário externo e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder, assegurados aos participantes ou a seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento do Plano de Benefícios das Patrocinadoras. A taxa anual de juros foi reduzida para 3,77% ao ano (4,15% ao ano em 2019), após estudo de aderência de hipóteses financeiras (*valuation*). A tábua de mortalidade geral é a AT-2000 (Tábua segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%).

Na avaliação atuarial foi adotado o método de capitalização financeira.

(a) Benefícios concedidos

Corresponde ao valor presente dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes ou beneficiários pensionistas, em gozo do benefício.

- (b) Benefícios a conceder
As provisões matemáticas são classificadas em:

Contribuição definida - corresponde ao montante formado pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras e constituído em nome de cada participante.

Benefício definido – valor atual dos benefícios futuros.

Em 31 de dezembro de 2020, as provisões matemáticas estão assim distribuídas:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Benefícios concedidos	<u>377.725</u>	<u>351.842</u>
Contribuição definida	364.718	338.846
Benefício definido	13.007	12.996
Benefícios a conceder	<u>1.124.362</u>	<u>1.053.574</u>
Contribuição definida	1.123.596	1.052.723
Benefício definido	766	851
Total	<u>1.502.087</u>	<u>1.405.416</u>

A movimentação das provisões matemáticas, durante o exercício, pode ser resumida como segue:

	<u>2020</u>
Em 31 de dezembro de 2019	1.405.416
Constituições no exercício	96.671
Em 31 de dezembro de 2020	<u>1.502.087</u>
	<u>2019</u>
Em 31 de dezembro de 2018	1,176.865
Constituições no exercício	228.551
Em 31 de dezembro de 2019	<u>1.405.416</u>

- Equilíbrio técnico

Descrição	Total	
	2020	2019
Reserva de contingência	2.577	2.580
Reserva especial para revisão do plano	-	-
Saldo final	<u>2.577</u>	<u>2.580</u>

A movimentação do superávit, durante o exercício de 2020 pode ser resumida como segue:

Descrição	Total	
	2020	2019
Superávit Acumulado - No início do exercício	2.580	3.962
(Déficit) do exercício	-3	-1.382
Superávit Técnico Acumulado	<u>2.577</u>	<u>2.580</u>

A reserva de contingência foi constituída em 18,71%, correspondente a duração do passivo de 8,71 anos, das provisões matemáticas de benefício definido, conforme artigo 15º da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 limita-se a 25% das provisões matemáticas ou até $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano}) \times \text{Provisão Matemática}]$ o que for menor, para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos.

Com a aplicação da fórmula acima, o limite da reserva de contingência é de R\$ 2.577, para recompor a reserva de contingência em 31/12/2020 fez-se necessária a reversão do fundo de revisão do plano no valor de R\$ 619.

O saldo do superávit técnico em 31 de dezembro de 2020 é de R\$2.577 (2019 - R\$ 2.580).

- Fundo previdencial
 - a) Fundo Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar

O Fundo Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar é formado pelos valores constantes da Conta da Patrocinadora que não foram utilizados para a concessão de benefícios ou institutos e poderão ser utilizados para reduzir as

Contribuições futuras de Patrocinadora desde que previsto no plano de custeio anual e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Em 31 de dezembro de 2020, seu saldo é de R\$ 6.226 (2019 - R\$ 8.782).

b) Fundo Revisão do Plano

Foram constituídos, nos exercícios de 2009, 2010 e 2011, os Fundos Previdenciais Revisão de Plano de Patrocinadora e de Participante e Assistido para destinação e utilização, facultativa em 2009 e 2010 e obrigatória em 2011, da Reserva Especial. Os valores dos fundos previdenciais de 2009/2010/2011 foram consolidados contabilmente.

Os Fundos Previdenciais Revisão de Plano de Patrocinadora 2011, 2014 e 2016 foram utilizados na sua totalidade para cobertura integral das contribuições normais da patrocinadora. E dos Participante e Assistido constituídos em 2011, 2014 e 2016 foram segregados na proporção das suas reservas matemáticas individuais. O Fundo Previdencial de Revisão de Plano de Participante e Assistido vem sendo utilizado para redução integral das contribuições dos participantes contribuintes e para o assistido foi efetuado um pagamento adicional, nos termos previstos no regulamento do plano. Os participantes não contribuintes têm a sua cota parte creditada em contas individuais na forma prevista no regulamento.

O Fundo Previdencial Revisão de Plano de Patrocinadora 2019 foi constituído com parte da Reserva Especial de 31/12/2019 e tem por finalidade a cobertura integral das contribuições normais da patrocinadora para o Plano de Benefícios Syngenta.

O Fundo Previdencial Revisão de Plano de Participante e Assistido 2019 foi constituído com parte da Reserva Especial de 31/12/2019 e foi segregado entre participantes e assistidos na proporção das suas reservas matemáticas individuais de 31/12/2019, de acordo com o previsto no regulamento.

Este Fundo será utilizado para redução integral das contribuições para o Plano de Benefícios Syngenta, a partir do esgotamento do Fundo Previdencial Revisão de Plano de Participante constituído em 2011 e 2014 registrado no balancete de 31/12/2019. Para o assistido será efetuado um pagamento adicional, nos termos previstos no regulamento do plano. Os participantes não contribuintes terão a sua cota parte creditada em contas individuais na forma prevista no regulamento.

Em 31/12/2020 fez-se necessária a reversão de R\$ 619 do Fundo Previdencial – Revisão de Plano para recompor a Reserva de Contingência.

Em 31 de dezembro 2020, seu saldo é R\$ 5.171 (2019 - R\$ 5.603).

- **Fundo administrativo**

Este fundo é constituído pelas sobras das receitas sobre as despesas administrativas efetuadas pelas patrocinadoras para fins do custeio do plano e, atualizado pela valorização dos investimentos do respectivo programa, podendo ser utilizado para a cobertura de insuficiências ocorridas mensalmente, no programa administrativo, quando as despesas superarem as receitas.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo é R\$ 1.595 (2019 - R\$ 2.845.).

5. TRIBUTOS

- *Imposto de Renda*

Desde a Lei nº. 11.053, de 29 de dezembro de 2004, é facultado aos participantes de planos de EFPC estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável, optarem para que os valores que lhes sejam pagos a título de resgate ou benefícios de renda, sejam tributados no imposto de renda na fonte:

- por uma nova tabela regressiva, que varia entre 35% a 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do participante no plano de benefícios, ou
- por permanecerem no regime tributário atual, que utiliza a tabela progressiva do imposto de renda na fonte para as pessoas físicas.

Além disso, a Lei nº. 11.053/04 que revogou a MP nº. 2.222 de 4 de setembro de 2001, dispensa a partir de 1º de janeiro de 2005, a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das entidades fechadas de previdência complementar.

- *PIS e COFINS*

Calculados mensalmente pela alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamento de benefícios e da parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas) conforme Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.285, de 13 de agosto de 2012 e alterações posteriores.

- *TAFIC - Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar*

Conforme lei nº 12.154 de 23 de dezembro de 2009 e a Instrução Normativa PREVIC nº 1 de 13 de abril de 2010 as entidades fechadas de previdência complementar devem

recolher nos meses de janeiro, maio e setembro de cada exercício a TAFIC. O valor da TAFIC é calculado por plano de benefícios, utilizando-se o valor dos recursos garantidores de cada plano e o enquadramento na tabela constante do Anexo V da lei supracitada

6. PARTES RELACIONADAS

As Partes Relacionadas da Syngenta Previ são consideradas: Os participantes, participantes vinculados (autopatrocinados e BPD's), e suas Patrocinadoras, cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convênio de Adesão para oferecimento da Syngenta Previ para os seus empregados e Dirigentes, e, seus administradores, compostos pelos membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social.

7. EFEITOS DE CONSOLIDAÇÃO

A consolidação segue as normas estabelecidas pela Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e pela Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, e representa os saldos do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são "Superávit Técnico", "Déficit Técnico", "Migrações entre Planos", "Compensações de Fluxos Previdenciais", "Participação no Plano de Gestão Administrativa e Participação no Fundo Administrativo PGA", sempre que aplicável.

Para anular os efeitos das obrigações e dos direitos entre o Plano Previdencial e o Plano de Gestão Administrativa, foram feitos os seguintes lançamentos de consolidação conforme quadro abaixo.

Ativo	Em
Realizável	Reais mil
Gestão Previdencial	
Participação no Plano de Gestão Administrativa	1.595
Cobertura das Despesas administrativas	1.180
	<hr/>
	2.775
Passivo	
Exigível Operacional	
Gestão Previdencial	
Participação no Fundo Administrativo do PGA	1.180
Cobertura das Despesas administrativas	1.595
	<hr/>
	2.775

8. LEGISLAÇÕES

- **Resolução CNPC nº 31, de 11 de dezembro de 2018** - regulamenta os critérios para definição da duração do passivo, da taxa de juros parâmetro e do ajuste de

precificação, assim como estabelece orientações e procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar para destinação e utilização de superávit e elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit, de que trata a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, e dá outras providências.

- **Instrução MPS/PREVIC nº 11, de 03 de dezembro de 2018** - altera Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 - estabelece normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, define a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis, e dá outras providências.
- **Instrução Previc nº 10, de 30 de novembro de 2018** - regulamenta os critérios para definição da duração do passivo, da taxa de juros parâmetro e do ajuste de precificação, assim como estabelece orientações e procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar para destinação e utilização de superávit e elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit, de que trata a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, e dá outras providências.
- **Resolução CMN nº 4.695, de 27 de novembro de 2018** - altera a Resolução nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e a Resolução nº 4.661, de 25 de maio de 2018, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.
- **Instrução Previc nº 3, de 24 de agosto de 2018** - dispõe sobre o Comitê de Auditoria, sobre as informações a serem apresentadas nos relatórios do auditor independente, de que trata a Resolução CNPC nº 27/2017, e dá outras providências.
- **Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018** - dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.
- **Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 - DOU de 21 de maio de 2018** - que revoga a Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002 – onde se estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários das entidades fechadas de previdência complementar e a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011) divulga a Planificação Contábil Padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações contábeis, e normas gerais de procedimentos contábeis.

9. FATOS RELEVANTES

9.1 Efeitos pandemia – Covid 19

Os efeitos econômicos sobre a economia global são inevitáveis, devendo provocar uma desaceleração econômica, no entanto os agentes do mercado financeiro ainda não conseguem identificar e mensurar os reais impactos no mercado interno e externo.

Volatilidade no mercado de capitais especificamente relacionados à Pandemia e no deslocamento da massa do plano de benefícios, não foram impactantes no Patrimônio de Cobertura do Plano, no entanto a Administração está atenta as possíveis modificações.

9.2 Normas Regulamentares

Em 20 de agosto de 2020 foi divulgada a Instrução PREVIC nº 31, estabelecendo mudanças na estrutura contábil das entidades fechadas de previdência complementar com vigência a partir do exercício de 2021.

Dentre as principais mudanças estão: i) Reclassificação dos contratos de dívidas com as patrocinadoras que estavam sendo registrados no passivo passarão a ser registrados no ativo; ii) Estrutura de contas de investimentos de forma detalhada com provisão específica para cada grupo de ativos; iii) Padronização dos contratos de riscos terceirizados; iv) Eliminação da classificação de despesas Previdenciais e Investimentos, Comuns e Específicas e Físicas e Jurídicas, v) Introdução de novos parâmetros de provisão para apropriação de PCLD dentre outras.

10. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos subsequentes, após data da autorização das demonstrações contábeis, que possam gerar ajustes nas demonstrações contábeis

Sonia Maria Casini Fortes Silva
Diretora Superintendente
CPF nº 049.038.098-03

Célia Aparecida de Almeida
Contadora
CRC nº 1SP 206004/O-6
CPF nº 146.736.948-99

Aqui você encontra os resultados da avaliação atuarial realizada anualmente nos planos de benefícios administrados pela Entidade, com o objetivo de examinar a saúde financeira dos planos e determinar os custos que serão praticados no ano seguinte. Este documento é elaborado e assinado por um atuário (profissional especializado em previdência) e deve trazer todas as informações pertinentes ao estudo realizado, como os principais resultados, as hipóteses utilizadas e, principalmente, a conclusão do atuário em relação ao estudo. As informações estatísticas e financeiras dos planos e suas respectivas regras regulamentares também são fundamentais para o estudo.

Gestão Atuarial



Parecer da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios Syngenta referente ao encerramento do exercício de 2020

Fevereiro, 2021

Introdução

O presente parecer atuarial tem por objetivo apresentar os resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício do Plano de Benefícios Syngenta, CNPB 2.006.000.911, estruturado na modalidade de Contribuição Variável e administrado pela Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada, em atendimento à legislação vigente.

A referida avaliação atuarial levou em consideração as informações de participantes e assistidos fornecidas pela Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada, assim como outras informações necessárias, conforme apresentado neste parecer atuarial.

Para fins desta avaliação atuarial foi adotada como data do cadastro 31/08/2020 e como data da avaliação atuarial 31/12/2020.

São patrocinadoras do Plano as empresas referidas no item a seguir.

Patrocinadores e Instituidores

CNPJ	Razão Social
60.744.463/0001-90	Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
28.403.532/0001-99	Syngenta Seeds Ltda.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios Syngenta.

Informações relevantes adicionais

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 177, de 15/04/2016, publicada no D.O.U. de 18/04/2016.

Qualidade da Base Cadastral

A Willis Towers Watson efetuou análise na base de dados com a finalidade de identificar eventuais distorções, não assegurando que todas as distorções foram detectadas e sanadas.

Após a análise dos dados pela Willis Towers Watson e correções feitas pela Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada, foi considerado que os dados estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completitude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

Estatísticas

As estatísticas a seguir estão posicionadas na data-base do cadastro e referem-se à totalidade dos participantes e assistidos do Plano, uma vez que as patrocinadoras são solidárias.

Participantes ativos¹

Em 31/08/2020	
Quantidade	
- Ativos	2.922
- Autopatrocinados	42
- Benefício proporcional diferido	413
Idade Média (em anos)	37,3
Tempo Médio de Serviço (em anos)	7,1
Tempo Médio de Contribuição (em anos)	6,1
Tempo Médio para Aposentadoria (em anos)	22,7

¹ apenas a quantidade inclui os que estão em aguardo do benefício proporcional diferido bem como os benefícios proporcionais diferidos presumidos

Assistidos¹

Benefício	Em 31/08/2020		
	Quantidade de Participantes	Idade Média dos Assistidos (anos)	Valor Médio do Benefício (R\$)
Aposentadoria Antecipada	90	65,7	9.726
Aposentadoria Normal	32	70,1	23.042
Aposentadoria por Invalidez	1	67,2	²
Pensão por morte ³	36	77,6	3.819
Benefícios Proporcionais Diferidos Recebendo	154	66,3	5.917

¹As estatísticas não consideram os registros dos aposentados com valor de benefício zerado. Os 15 BPDs Aguardando com direito a benefício definido não estão sendo considerados nessa estatística.

²A informação foi suprimida por estar associada a apenas um participante, com o objetivo de preservar a confidencialidade dos dados.

³Observamos que com relação a pensão por morte a quantidade de participantes refere-se ao número de grupos familiares.

Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada conforme determina a redação da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018 e da Instrução nº 10, de 30/11/2018, válida até 31/12/2020.

Para a apuração das provisões matemáticas e dos custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

	2020	Exercício anterior
Taxa Real Anual de Juros	3,77%	4,15%
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00%	0,00%
Fator de Determinação Valor Real ao longo do Tempo Salários	100,00%	100,00%
Fator de Determinação Valor Real ao longo do Tempo Ben Entidade	98,00%	98,00%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic suavizada em 10%	AT-2000 Basic suavizada em 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB - 1983	RRB - 1983
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio	Cotas do Patrimônio
Hipótese sobre a Composição de Família de Pensionistas		
<ul style="list-style-type: none"> Aposentados e Benefícios Proporcionais Diferidos Pensionistas 	Cônjuge informado Composição informada	Cônjuge informado Composição informada

O cálculo das provisões matemáticas de benefícios concedidos dos assistidos considera a composição familiar informada pela entidade.

Para os participantes aposentados a composição familiar corresponde ao cônjuge.

Para os pensionistas a composição familiar correspondente ao beneficiário vitalício mais jovem, o beneficiário temporário mais jovem e o número total de beneficiários elegíveis à pensão.

Foi realizado em 11/2019 estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas constantes nas redações da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018 e da Instrução nº 10, de 30/11/2018, válida até 31/12/2020.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determinam a Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, a Instrução nº 10, de 30/11/2018, válida até 31/12/2020 e a Portaria Previc nº 337/2020, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a convergência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada para realização do estudo, conforme disposto nas normas aplicáveis, os fluxos de benefícios e contribuições do plano de 31/12/2019, elaborados com base nas hipóteses constantes no Parecer Atuarial de 2019 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente em 31/12/2019.

Quando apurada a TIR dos passivos, foi obtido, com nível de confiança de 50%, suporte para a adoção da taxa real anual de juros de 3,77% para o Plano de Benefícios Syngenta. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 337/2020 para esse plano (limite inferior: 3,70% a.a. e limite superior: 5,69%).

Sendo assim, a Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada e as patrocinadoras do Plano de Benefícios Syngenta optaram por utilizar a taxa real anual de juros de 3,77% na avaliação atuarial de 2020.

Esse estudo foi aprovado pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Deliberativo e pelo Conselho Fiscal da Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Isso significa que, nas projeções de longo prazo, haverá uma perda do poder aquisitivo dos salários e benefícios.

Esse fator é calculado em função do nível de inflação estimado no longo prazo e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerão durante o período de 12 meses.

A projeção de inflação definida pelo Comitê de Investimentos local da Willis Towers Watson em 2020 para a inflação oficial, medida pelo IPCA, considerou um horizonte de tempo de 10 anos e é de 3,25% a.a., indicando a adoção da hipótese do fator de determinação do valor real ao longo do tempo de 98%.

O Comitê de Investimentos local da Willis Towers Watson utiliza o IPCA por ser o índice oficial do país, mais amplamente discutido e projetado.

Essa hipótese é revista anualmente com base na estimativa de inflação de longo prazo do Comitê de Investimentos local da Willis Towers Watson.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independente da inflação.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrência de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

As hipóteses biométricas e demográficas utilizadas nesta avaliação são as indicadas no estudo de aderência de hipóteses atuariais realizado em 11/2019 pela Willis Towers Watson.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Benefício	Regime	Método de Financiamento
Aposentadoria Antecipada	Capitalização	Capitalização Financeira
Aposentadoria Normal	Capitalização	Capitalização Financeira
Benefício Especial	Capitalização	Capitalização Financeira
Benefício Proporcional	Capitalização	Capitalização Financeira
Pecúlio por Invalidez	Capitalização	Capitalização Financeira
Pecúlio por Morte	Capitalização	Capitalização Financeira
Pensão por Morte	Capitalização	Capitalização Financeira

Comentários sobre métodos atuariais

O método de financiamento é adequado à natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido na Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018.

Patrimônio Social

Com base no balancete da Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada de 31 de dezembro de 2020, o Patrimônio Social é de R\$ 1.517.688.489,88.

A Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada informou que todos os seus títulos estão enquadrados na categoria "Títulos para Negociação".

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social, bem como sobre os saldos de conta individuais do Plano de Benefícios ora avaliado, tendo se baseado na informação fornecida pela Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada.

Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões Matemáticas e Fundos

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas e dos Fundos em 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

	(R\$)
2.3 Patrimônio Social	1.517.688.489,88
2.3.1 Patrimônio de Cobertura do Plano	1.504.664.089,07
2.3.1.1 Provisões Matemáticas	1.502.087.138,13
2.3.1.1.01 Benefícios Concedidos	377.725.113,18
2.3.1.1.01.01 Contribuição Definida	364.718.285,18
2.3.1.1.01.01.01 Saldo de Conta dos Assistidos	364.718.285,18
2.3.1.1.01.02 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	13.006.828,00
2.3.1.1.01.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	7.824.336,00
2.3.1.1.01.02.02 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	5.182.492,00
2.3.1.1.02 Benefícios a Conceder	1.124.362.024,95
2.3.1.1.02.01 Contribuição Definida	1.123.595.731,95
2.3.1.1.02.01.01 Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	661.614.724,59
2.3.1.1.02.01.02 Saldo de Contas - Parcela Participantes	461.981.007,36
2.3.1.1.02.03 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	766.293,00
2.3.1.1.02.03.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	766.293,00
2.3.1.1.02.03 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	0,00
2.3.1.1.02.04 Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	0,00
2.3.1.1.02.05 Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03 (-) Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
2.3.1.2 Equilíbrio Técnico	2.576.950,94
2.3.1.2.01 Resultados Realizados	2.576.950,94
2.3.1.2.01.01 Superávit Técnico Acumulado	2.576.950,94
2.3.1.2.01.01.01 Reserva de Contingência	2.576.950,94
2.3.1.2.01.01.02 Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02 (-) Déficit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.02 Resultados a Realizar	0,00
2.3.2 Fundos	13.024.400,81
2.3.2.1 Fundos Previdenciais	11.397.575,94
2.3.2.1.01 Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	6.225.683,02
2.3.2.1.02 Revisão de Plano	5.171.892,92
Revisão de Plano - Reserva Especial Participante 2011	2.465.193,90
Revisão de Plano - Reserva Especial Participante 2014	0,00
Revisão de Plano - Reserva Especial Participante 2016	25.103,17
Revisão de Plano - Reserva Especial Patrocinadora 2019	1.797.473,70
Revisão de Plano - Reserva Especial Participante 2019	884.122,15
2.3.2.1.03 Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00
2.3.2.2 Fundos Administrativos	1.594.863,38
2.3.2.2.01 Plano de Gestão Administrativa	0,00
2.3.2.2.02 Participação no Fundo Administrativo PGA	1.594.863,38
2.3.2.3 Fundos dos Investimentos	31.961,49

Duração do Passivo do Plano de Benefícios

A duração do passivo é de 8,71 anos (105 meses) e foi apurada com base nos resultados desta avaliação atuarial adotando a metodologia definida pela Previc na Instrução nº 10, de 30/11/2018, válida até 31/12/2020, após preenchimento, pela Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada, dos fluxos de pagamentos de benefícios do plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios, no Sistema Venturo do site da Previc.

Reserva de Contingência

De acordo com o Art. 15º da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

- Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$

Com a aplicação da fórmula acima, o limite da reserva de contingência é de R\$ 2.576.950,94.

Ressaltamos que para esse cálculo Provisões Matemáticas são aquelas cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

Em 31/12/2020 fez-se necessária a reversão de R\$ 618.691,01 do Fundo de Revisão para recompor a Reserva de Contingência.

Ajuste de Precificação

O Plano de Benefícios Syngenta apresenta reserva especial, no entanto não há títulos "marcados na curva". Sendo assim, o ajuste de precificação definido na Resolução CNPC nº 30/2018 não é aplicável.

Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais

O valor constante da conta de patrocinadora que não for utilizado no cálculo dos benefícios e dos institutos previstos no regulamento compõe o Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar (Fundo de Sobras de Contribuições). A Syngenta Previ formará ainda outros fundos em conformidade com a legislação vigente. Os referidos fundos serão contabilizados no programa previdencial e utilizados conforme previsto no plano de custeio anual aprovado pelo Conselho Deliberativo e fundamentado em parecer do Atuário.

Foram constituídos, nos exercícios de 2009, 2010 e 2011, os Fundos Previdenciais Revisão de Plano de Patrocinadora e de Participante e Assistido para destinação e utilização, facultativa em 2009 e 2010 e obrigatória em 2011, da Reserva Especial. Os valores dos fundos previdenciais de 2009/2010/2011 foram consolidados contabilmente.

Os Fundos Previdenciais Revisão de Plano de Patrocinadora 2011, 2014 e 2016 foram utilizados na sua totalidade para cobertura integral das contribuições normais da patrocinadora.

O Fundo Previdencial Revisão de Plano de Participante e Assistido constituídos em 2011, 2014 e 2016 foram segregados entre participante e assistido na proporção das suas reservas matemáticas individuais. O Fundo Previdencial de Revisão de Plano de Participante e Assistido vem sendo utilizado para redução integral das contribuições dos participantes contribuintes e para o assistido foi efetuado um pagamento adicional, nos termos previstos no regulamento do plano. Os participantes não contribuintes têm a sua cota parte creditada em contas individuais na forma prevista no regulamento.

O Fundo Previdencial Revisão de Plano de Patrocinadora 2019 foi constituído com parte da Reserva Especial de 31/12/2019 e tem por finalidade a cobertura integral das contribuições normais da patrocinadora para o Plano de Benefícios Syngenta.

O Fundo Previdencial Revisão de Plano de Participante e Assistido 2019 foi constituído com parte da Reserva Especial de 31/12/2019 e foi segregado entre participantes e assistidos na proporção das suas reservas matemáticas individuais de 31/12/2019, de acordo com o previsto no regulamento. Este Fundo será utilizado para redução integral das contribuições para o Plano de Benefícios Syngenta, a partir do esgotamento do Fundo Previdencial Revisão de Plano de Participante constituído em 2011 e 2014 registrado no balancete de 31/12/2019. Para o assistido será efetuado um pagamento adicional, nos termos previstos no regulamento do plano. Os participantes não contribuintes terão a sua cota parte creditada em contas individuais na forma prevista no regulamento.

Em 31/12/2020 fez-se necessária a reversão de R\$ 618.691,01 do Fundo Previdencial – Revisão de Plano para recompor a Reserva de Contingência. Esse valor foi retirado das contas que compõem o Fundo de Revisão proporcionalmente, conforme demonstrado a seguir:

<i>Revisão de Plano</i>	<i>Proporção aplicada</i>	<i>R\$</i>
<i>Reserva Especial Participante 2011</i>	47,67%	294.900,40
<i>Reserva Especial Participante 2016</i>	0,49%	3.002,98
<i>Reserva Especial Patrocinadora 2019</i>	34,75%	215.023,95
<i>Reserva Especial Participante 2019</i>	17,09%	105.763,68
Valor Revertido		618.691,01

Rentabilidade do Plano

O retorno dos investimentos de 2020 informado pela Syngenta Previ equivale a 4,56%. Esse percentual líquido da inflação anual de 5,45% (variação do INPC no ano de 2020) resulta em uma rentabilidade de -0,84%, que é inferior à hipótese da taxa real anual de juros de 4,15% a.a. utilizada na avaliação atuarial de 2019. Por ser a taxa real anual de juros uma premissa de longo prazo, a divergência observada não justifica qualquer inferência sobre o ocorrido, entretanto, o monitoramento dessa hipótese está sendo feito anualmente na forma estabelecida na legislação vigente.

Varição das Provisões Matemáticas

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2020 comparado com o passivo atuarial constante do balancete do plano, para 31/12/2020.

	Valores em R\$ de 31/12/2020		Variação em %
	Reavaliado	Balancete	
<i>Passivo Atuarial</i>	1,502,087,138,13	1,502,131,590,72	-0,003%
<i>Benefícios Concedidos</i>	377.725.113,18	377,675,884,79	0,010%
<i>Contribuição Definida</i>	364,718,285,18	364,718,285,18	0,000%
<i>Benefício Definido</i>	13.006.828,00	12,957,599,61	0,380%
<i>Benefícios a Conceder</i>	1,124,362,024,95	1,124,455,705,93	-0,008%
<i>Contribuição Definida</i>	1,123,595,731,95	1,123,595,731,95	0,000%
<i>Benefício Definido</i>	766,293,00	859,973,98	-10,890%
<i>Valor Presente dos Benefícios Futuros</i>	766,293,00	859,973,98	-10,890%
<i>Valor Presente das Contribuições Futuras</i>	-	-	0,000%

Comparando o Passivo Atuarial reavaliado no exercício encerrado no valor de R\$ 1.502.087.138,13 com a constante no balancete de 31/12/2020, a variação encontrada é de -0,003%.

Convém ressaltar que 0,92% (R\$ 13.773.121,00) do Passivo Atuarial de R\$ 1.502.087.138,13 é determinado atuarialmente com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela de benefício definido das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e à parcela das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder relativa ao benefício diferido por desligamento. Os 99,08% restantes (R\$ 1.488.314.017,13) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada.

Tendo em vista a natureza do plano de benefícios, as hipóteses adotadas, a movimentação da massa de participantes e os saldos de conta informados pela Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada consideramos aceitáveis as variações ocorridas para as parcelas de benefícios definidos.

Os compromissos atuariais variaram dentro do esperado, considerando a evolução da massa de participantes e as hipóteses selecionadas. A redução da taxa de juros de 4,15% a.a. para 3,77% a.a. gerou um aumento nas provisões matemáticas, em contrapartida, o fim do benefício para três aposentados reduziu a obrigação do plano.

Principais riscos atuariais

Os riscos atuariais são monitorados através de estudos regulares de aderência de hipóteses, conforme legislação vigente, e podem ser mitigados através da adequação das hipóteses aos resultados desses estudos. As hipóteses que causam maior impacto são: taxa real anual de juros e tabela de mortalidade geral.

Soluções para Insuficiência de Cobertura

Não há insuficiência de cobertura.

Varição do resultado

O superavit reduziu de R\$ 5.475.229,04 em 31/12/2019, antes da destinação da reserva especial, para R\$ 2.576.950,94 em 31/12/2020.

Natureza do resultado

A redução do superavit ocorrida no exercício de 2020 foi devida principalmente às oscilações desfavoráveis do patrimônio.

Soluções para equacionamento do deficit

Não há deficit a ser equacionado.

Plano de Custeio

Patrocinadoras

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001 a patrocinadora deverá, a partir de 01/01/2021, efetuar contribuições normais definidas para a Plano estimadas em 10,83%, considerando o percentual máximo de contribuição dos participantes, da folha de salários de participação.

As despesas administrativas orçadas em 0,50% da folha de salários de participantes ativos, autopatrocinados e BPDs poderão ser custeadas pelo Fundo Administrativo.

O Fundo Previdencial Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar (Fundo do Sobras de Contribuições) será utilizado para custear as contribuições normais de patrocinadora durante o exercício de 2021. Esgotando o fundo a patrocinadora efetuará contribuições previstas nesse parecer.

Participantes

As contribuições mensais dos participantes foram estimadas em 31/12/2020 em 5,29% , considerando o percentual máximo de contribuição, sobre a folha de salários de participação e serão efetuadas pela reversão mensl dos Fundos Previdenciais Revisão de Plano de Participante ou na forma prevista no regulamento do plano conforme o caso, observado o que couber a cada participante na divisão do Fundo Previdencial Revisão de Participante efetuada em conformidade com a norma vigente e referida neste parecer.

A utilização dos Fundos Previdenciais de Revisão de Plano de Participante e Assistidos será interrompida na hipótese prevista na norma aplicável, no regulamento do plano ou em razão de sua extinção.

Autopatrocinados

As contribuições mensais dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no Regulamento do plano, que foram estimadas em 31/12/2020 em 5,86% da folha de salários dos autopatrocinados e serão efetuadas pela reversão mensal dos Fundos Previdenciais Revisão de Plano de Participante ou na forma prevista no regulamento do plano conforme o caso, observado o que couber a cada autopatrocinado na divisão do Fundo Previdencial Revisão de Participante efetuada em conformidade com a norma vigente e referida neste parecer.

A utilização dos Fundos Previdenciais de Revisão de Plano de Participante será interrompida na hipótese prevista na norma aplicável, no regulamento do plano ou em razão de sua extinção.

Os participantes que optarem pelo instituto do autopatrocínio pagarão, para cobertura das despesas administrativas do plano, os mesmos percentuais indicados para a patrocinadora aplicado sobre o respectivo salário de participação.

Benefícios Proporcionais Diferidos

Os participantes que optarem pelo instituto do benefício proporcional diferido assumem, para cobertura das despesas administrativas do plano, o mesmo percentual indicado para a patrocinadora aplicado sobre o respectivo salário de participação.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definida apresentadas neste parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

Fontes dos Recursos e vigência do plano de custeio

A seguir temos os valores estimados anuais das contribuições a serem realizadas para o plano de benefícios por participantes, assistidos e patrocinadores, em reais e em percentual da folha de participação.

	Participantes		Assistidos		Patrocinador	
	Em R\$	Em % da folha	Em R\$	Em % da folha	Em R\$	Em % da folha
Total de Contribuições Previdenciárias	23.139.995,00	5,30%	-	-	46.242.193,56	10,83%
▪ Normais	23.139.995,00	5,30%	-	-	46.242.193,56	10,83%
▪ Extraordinárias	-	-	-	-	-	-
- Deficit Equacionado	-	-	-	-	-	-
- Serviço Passado	-	-	-	-	-	-
- Outras Finalidades	-	-	-	-	-	-
Utilização de Fundos	-	-	-	-	-	-
▪ Exigência Regulamentar	-	-	-	-	-	-
▪ Destinação de Reserva	-	-	-	-	-	-

Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios Syngenta da Syngenta Previ – Sociedade de Previdência Privada, informamos que o plano está solvente, tendo suas obrigações integralmente cobertas pelo Patrimônio de Cobertura do Plano.

As provisões matemáticas apresentadas neste parecer são estimativas e baseadas em premissas sobre eventos futuros. Determinadas regras do plano, julgadas imateriais do ponto de vista atuarial, não são avaliadas. Outras regras são calculadas por aproximação na avaliação atuarial para apuração dos compromissos do plano. A Willis Towers Watson adota aproximações em seus cálculos que, de acordo com sua avaliação, não resultam em diferença expressiva em relação aos resultados que seriam obtidos usando cálculos mais detalhados ou dados mais precisos.

As premissas atuariais adotadas foram determinadas através de estudos de aderência elaborados conforme a legislação vigente.

Futuras avaliações atuariais podem apresentar resultados diferentes dos registrados neste parecer devido a diversos fatores, dentre eles destacamos: experiência do plano diferente da prevista nas premissas econômicas ou demográficas; alteração nas premissas econômicas ou demográficas; mudança nas regras do plano e/ou na legislação; e eventos significativos ocorridos nas patrocinadoras, tais como reestruturações, aquisições e alienações.

Os resultados apresentados neste parecer estão diretamente vinculados à precisão e integridade dos dados e informações de responsabilidade da entidade e suas patrocinadoras.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2020. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2021.

Gesiane de M. Cavalcante Moreira

Gesiane de M. Cavalcante Moreira (Feb 23, 2021 11:58 GMT-3)

Gesiane de Mattos Cavalcante Moreira
MIBA nº 889

Leticia B. Sampaio

Leticia B. Sampaio (Feb 23, 2021 11:23 GMT-3)

Leticia Barcellos Sampaio
MIBA nº 2.259

As demonstrações contábeis da Syngenta Previ, auditadas pela Fernando Motta Auditores, e a respectiva avaliação atuarial elaborada pela Willis Towers Watson, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram devidamente aprovadas sem restrições pela Diretoria-Executiva, pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho Deliberativo, em reuniões realizadas respectivamente em 16, 17 e 18 de março de 2021.

Pareceres da Administração



SYNGENTA PREVI – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
CNPJ Nº 58.494.329/0001-36
ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DE 16/3/2021

No dia 16 de março de 2021, às 10 horas, por meio de plataforma digital, reuniram-se os membros da Diretoria Executiva da Syngenta Previ – Sociedade de Previdência Privada, abaixo assinados. Assumiu a presidência dos trabalhos a Diretora-Superintendente, Sra. Sonia Maria Casini Fortes Silva que convidou a mim, Lia Naomi Kuniyoshi Osako, para secretariar a presente reunião, passando-se à deliberação sobre a seguinte Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre as Demonstrações Contábeis da Syngenta Previ relativas ao exercício findo em 31/12/2020, Parecer Atuarial e Parecer dos Auditores Independentes.

ESCLARECIMENTOS: De acordo com as disposições estatutárias vigentes da Syngenta Previ, foram abertos os trabalhos e constituída a Mesa. Inicialmente, a Sra. Diretora-Superintendente informou que o objetivo da presente reunião é deliberar sobre as Demonstrações Contábeis da Syngenta Previ relativas ao exercício findo em 31/12/2020, as quais foram elaboradas em consonância com a legislação vigente aplicável às entidades fechadas de previdência complementar. A Sra. Diretora-Superintendente esclareceu que as Demonstrações Contábeis, em conjunto com os demais documentos exigidos pela legislação, serão encaminhadas aos Conselhos Fiscal e Deliberativo para conhecimento e manifestação e, posteriormente à manifestação dos Conselhos, esta Diretoria será responsável pelo envio dos documentos à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc por meio do Sistema de Captação de Dados Contábeis e de Investimentos - Sicadi, disponibilizado pela Previc em seu *sítio* eletrônico, até o dia 31/3/2021.

DELIBERAÇÃO: Após análise e discussão pelos membros presentes, foi aprovado, por unanimidade, o encaminhamento das Demonstrações Contábeis da Syngenta Previ, relativas ao exercício findo em 31/12/2020, bem como dos demais documentos exigidos na legislação vigente aplicável aos Conselhos Fiscal e Deliberativo para análise e manifestação.

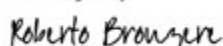
ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião para lavratura da ata que depois de lida e aprovada vai pelos presentes assinada.

DocuSigned by:

 Sonia Maria Casini Fortes Silva
 Diretora-Superintendente

DocuSigned by:

 Lia Naomi Kuniyoshi Osako
 Diretora/Secretária

DocuSigned by:

 Roberto Bronzere
 Diretor



SYNGENTA PREVI – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

CNPJ Nº 58.494.329/0001-36

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DE 17/3/2021

No dia 17 de março de 2021, às 15:00 horas, por meio de plataforma Digital, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal da Syngenta Previ – Sociedade de Previdência Privada, abaixo assinados. Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Mario Henrique Silva Ferreira, que convidou a mim, Hugo Steinberg, para secretariar a presente reunião, passando-se à deliberação sobre a seguinte Ordem do Dia.


ORDEM DO DIA: Apreciar, para posterior emissão de Parecer, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2020, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Atuário responsável pelo plano de benefícios.

ESCLARECIMENTOS: De acordo com as disposições estatutárias vigentes da Syngenta Previ, foram abertos os trabalhos e constituída a Mesa. Preliminarmente, o Sr. Presidente informou que a presente reunião tem por objetivo deliberar sobre as Demonstrações Contábeis da Syngenta Previ relativas ao exercício findo em 31/12/2020, as quais foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente aplicável às entidades fechadas de previdência complementar. Foram apresentados os resultados da avaliação atuarial, o parecer do Atuário e o Parecer do Auditor Independente. Em continuidade, destacou que é responsabilidade deste Conselho analisar as Demonstrações Contábeis, bem como os demais documentos encaminhados pela Diretoria Executiva para a emissão de Parecer. Com a finalidade de cumprimento às disposições legais, o Sr. Presidente apresentou aos Conselheiros presentes os documentos encaminhados pela Diretoria Executiva, permitindo-lhes a análise necessária.

DELIBERAÇÃO: Após a análise dos documentos encaminhados pela Diretoria Executiva, este Conselho verificou que as contas apresentadas estão em conformidade com o disposto na legislação vigente aplicável, sendo aprovada, por unanimidade, a emissão de um Parecer favorável às Demonstrações Contábeis da Syngenta Previ relativas ao exercício findo em 31/12/2020.



ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião para lavratura da ata que depois de lida e aprovada vai pelos presentes assinada.

DocuSigned by:

 E0B625AED8DC48F...

Mario Henrique
Presidente

DocuSigned by:

 B25C0F6A2780462...

Hugo Steinberg
Conselheiro efetivo repres.
patrocinadoras/Secretário

DocuSigned by:

 C3B777B6E4A34AD...

Pedro Paulo Nogueira Eisenmann
Conselheiro efetivo repres. participantes e
assistidos



SYNGENTA PREVI – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

CNPJ Nº 58.494.329/0001-36

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DE 18/3/2021

No dia 18 (dezoito) de março de 2021, às 14:00 horas, reuniram-se, por meio de plataforma digital, os membros do Conselho Deliberativo da Syngenta Previ – Sociedade de Previdência Privada, abaixo assinados. Assumiu a presidência dos trabalhos Presidente do Conselho, Sr. Valdemar Fischer, que convidou a mim, Sonia Maria Casini Fortes Silva, para secretariar a presente reunião, passando-se à deliberação sobre a seguinte Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre as seguintes propostas: **1)** Parecer Atuarial de 31/12/2020 e Plano de Custeio para 2021; **2)** Demonstrações Contábeis em 31/12/2020; **3)** Parecer dos Auditores Independentes;

ESCLARECIMENTOS: Em conformidade com as disposições estatutárias vigentes da Syngenta Previ, foram abertos os trabalhos e constituída a Mesa. O Sr. Presidente esclareceu que a presente reunião tem por objetivo deliberar sobre as Demonstrações Contábeis da Syngenta Previ relativas ao exercício findo em 31/12/2020, as quais foram elaboradas conforme legislação vigente aplicável à Entidades Fechadas de Previdência Complementar, além de outros assuntos pautados na Ordem do Dia. **1) Parecer Atuarial de 31/12/2020 e Plano de Custeio para 2021.** Conforme apresentação realizada pelo atuário responsável pelo plano de benefícios Syngenta Previ, Sra Gesiane Cavalcante, da Willis Towers Watson, o plano encontra-se solvente, tendo suas obrigações integralmente cobertas pelo patrimônio de cobertura do plano; também foi apresentado o plano de custeio para 2021 estabelecido com base nas regras regulamentares e detalhado no parecer atuarial. **2) Demonstrações Contábeis em 31/12/2020.** As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a legislação, sendo esclarecido que é de responsabilidade deste Conselho analisá-las e aprová-las assim como os demais documentos encaminhados pela Diretoria Executiva. Esclareceu também que as demonstrações contábeis foram previamente analisadas e avaliadas pelos membros do Conselho Fiscal que emitiram um Parecer. Para atendimento às normas vigentes foram apresentados os documentos encaminhados pela Diretoria Executiva e as dúvidas foram elucidadas pela contadora responsável pelo plano Syngenta Previ, Sra. Célia Almeida, da empresa Conduent, presente na reunião. **3) Parecer dos Auditores Independentes.** Foi apresentado o Parecer dos auditores Fernando Motta Auditores Independentes, emitido em 15/03/2021 sem ressalvas e previamente analisando pelo Conselho Fiscal da Sociedade.

DELIBERAÇÕES: Após a análise dos documentos e discussão entre os membros presentes, foram aprovados, por unanimidade, na forma como foram propostos: **1)** o Parecer Atuarial 2020 e o Plano de Custeio 2021 elaborados pela Willis Towers Watson.



Aprovada também, com base no parecer supracitado a utilização do Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar (fundo de sobras) no valor de R\$ 6.225.683 (seis milhões, duzentos e vinte e cinco mil e seiscentos e oitenta e três reais) para abatimento de contribuições futuras das patrocinadoras a partir da competência abril/2021; **2)** o Balanço e as Demonstrações Contábeis em 31/12/2020, as quais refletem que as operações contábeis e financeiras da Syngenta Previ no referido exercício foram realizadas de forma esmerada, restando consignada nesta ata de reunião a manifestação favorável deste Conselho Deliberativo em relação aos documentos encaminhados pela Diretoria Executiva; e **3)** o Parecer da Fernando Motta Auditores Independentes em 31/12/2020.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião para lavratura da ata que depois de lida e aprovada vai pelos presentes assinada.

DocuSigned by:
Valdemar Fischer
A4A8EBA965FB4D4...

Valdemar Luis Fischer
Presidente e Conselheiro repres.
Patrocinadoras

DocuSigned by:
Cinthia Bossi
F2A4276870044D9...

Cinthia Galetti Bossi
Vice-Presidente e Conselheira
repres.
Patrocinadoras

DocuSigned by:
Filipe Guimaraes
510E855E37874F5...

Filipe Davina Ribeiro D. Guimaraes
Conselheiro repres. Patrocinadoras

DocuSigned by:
Sandro Pinto
EDAD20086B59422...

Sandro Pinto
Conselheiro repres.
Patrocinadoras

Laercio Valentim Giampani
Conselheiro Eleito repres. dos
Participantes e Assitidos

DocuSigned by:
Amauri Peloia
8C1AE965580D42D...

Amauri Peloia
Conselheiro Eleito repres. Dos
Participante e Assitidos

DocuSigned by:
Sonia Fortes
8A1070A8B7C5487...

Sônia Maria Casini Fortes Silva
Secretária



Entenda o significado dos principais termos utilizados nesta edição.

Glossário



Glossário

ABONO ANUAL

A 13ª (décima terceira) parcela anual do benefício pago em forma de renda mensal a assistido do plano de benefícios.

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)

Dirigente da entidade fechada de previdência complementar responsável civil, criminal e administrativamente pela gestão, alocação, supervisão, controle de risco e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos de benefícios, bem como pela prestação de informações relativas à aplicação dos mesmos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais administradores.

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELO PLANO DE BENEFÍCIOS (ARPB)

Dirigente da entidade fechada de previdência complementar responsável pela validação dos dados cadastrais e demais informações referentes ao passivo atuarial utilizadas na avaliação atuarial, assim como pela gestão do fundo administrativo da entidade.

ASSISTIDO

Participante de plano de benefícios, ou seu beneficiário, em gozo de benefício de prestação continuada.

AUTOPATROCÍNIO

Instituto que faculta ao participante, em razão da cessação do seu vínculo empregatício com a patrocinadora ou associativo com o instituidor antes de ser elegível a benefícios, continuar participando do plano, mantendo sua contribuição anterior e assumindo a contribuição da patrocinadora. Nessa hipótese, o regulamento pode prever o pagamento de custeio administrativo.

BALANÇO PATRIMONIAL

É o documento que apresenta a posição do patrimônio da entidade em 31 de dezembro, sempre comparando-o ao resultado do ano anterior. É composto pelo Ativo, que representa o conjunto dos bens e direitos da entidade

(aplicação dos recursos), e pelo Passivo, que representa as obrigações da entidade (origem dos recursos).

BENCHMARK

Medida de referência para rentabilidade e risco de investimentos, estabelecida como padrão de comparação para análise de desempenho na gestão dos recursos do plano.

BENEFICIÁRIO

Dependente do participante, ou pessoa por ele designada, inscrito no plano de benefícios nos termos do regulamento, para fins de recebimento de benefícios por ele oferecidos.

BENEFÍCIO

Toda e qualquer prestação assegurada pelo plano de benefícios aos seus participantes e respectivos beneficiários, na forma e condições estabelecidas no regulamento.

BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO (BPD)

Instituto que faculta ao participante, em razão da cessação de seu vínculo empregatício com a patrocinadora ou associativo com o instituidor antes de ser elegível a benefícios, interromper suas contribuições ao plano até iniciar o recebimento do benefício. Nessa hipótese, o regulamento pode prever o pagamento de custeio administrativo.

CDI

Certificado de Depósito Interbancário. É uma espécie de Certificado de Depósito Bancário (títulos que os bancos lançam para captar dinheiro no mercado). A sua função é transferir dinheiro de um banco para outro. É a mais conhecida referência para investimentos de renda fixa.

CONSELHO DELIBERATIVO

Órgão máximo da estrutura organizacional da entidade fechada de previdência complementar, responsável pela

definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios.

CONSELHO FISCAL

É um órgão de governança que informa, opina, sugere e relata, sem, no entanto, exercer a administração ativa do fundo de pensão. Também tem papel controlador, fiscalizador e relator. O Conselho Fiscal opina sobre a administração da entidade e seus aspectos organizacionais, contábeis, econômico-financeiros e atuariais.

CONTRIBUIÇÃO

Aporte em dinheiro para custear o plano de benefícios. Pode ser feita pelo participante ou pela empresa patrocinadora.

COTA

Parcelas de idêntico valor em que se divide o patrimônio da entidade, que variam ao longo do tempo em função da rentabilidade líquida dos investimentos.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

É o documento contábil elaborado para evidenciar em determinado período (normalmente a data do Balanço Patrimonial), de forma consolidada e também por Plano de Benefícios, a movimentação (entradas e saídas) das contas que compõem o ativo líquido da Entidade.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

A finalidade deste documento é demonstrar as modificações ocorridas durante o exercício em todas as contas que compõem o patrimônio líquido. Faz clara indicação do fluxo de uma conta para outra e indica a origem e o valor de cada acréscimo ou diminuição no patrimônio líquido durante o exercício.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Documento que mostra os valores das obrigações presentes e futuras do Plano de Benefícios.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

É o documento contábil que apresenta a posição financeira das contas patrimoniais que compõem o ativo líquido e também o patrimônio social. Este documento deve

ser elaborado e apresentado por Plano de Benefícios, e sua data-base deve acompanhar a data em que está posicionado o Balanço Patrimonial.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

É o documento que demonstra a movimentação realizada nas contas administrativas da Entidade, apresentando, de forma clara e objetiva, todas as alterações que influenciaram o resultado do fundo administrativo.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Estão apresentadas em atendimento às disposições legais, sendo compostas pelos seguintes documentos: Relatório dos auditores independentes; Balanço patrimonial consolidado; Demonstração da mutação do patrimônio social consolidada; Demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidada; Demonstração do ativo líquido dos planos de benefícios; Demonstração da mutação do ativo líquido dos planos de benefícios; Demonstração das provisões técnicas dos planos de benefícios; e Notas explicativas às demonstrações contábeis.

DEPENDENTE

Pessoa ligada ao participante e que poderá ter direito a benefícios previstos no plano, de acordo com as normas estabelecidas em regulamento e estatuto próprio.

DIRETORIA-EXECUTIVA

Órgão que compõe a estrutura mínima obrigatória de uma EFPC e é responsável pela sua administração, em conformidade com a política de administração traçada pelo Conselho Deliberativo.

ELEGÍVEL

Condição do participante ou beneficiário de plano de benefícios que cumpriu os requisitos necessários à obtenção de benefício oferecido pelo plano nos termos do respectivo regulamento.

ENTIDADE ABERTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (EAPC)

Empresa constituída sob a forma de sociedade anônima que tem por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário, acessíveis a quaisquer pessoas físicas.

ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (EFPC)

Sociedade civil ou fundação que tem por objeto instituir planos privados de concessão de benefícios. Diferencia-se da entidade aberta de previdência complementar (EAPC) por não ter fins lucrativos e destinar-se somente a pessoas vinculadas a suas patrocinadoras ou instituidoras. Popularmente conhecida como fundo de pensão.

ESTATUTO DA ENTIDADE

Conjunto de normas e regras que fixam os princípios institucionais do fundo de pensão. Nele constam as diretrizes que devem ser seguidas com relação a aspectos jurídicos, administrativos, financeiros etc.

FUNDO ADMINISTRATIVO

Fundo para cobertura de despesas administrativas a serem realizadas pela entidade fechada de previdência complementar na administração dos seus planos de benefícios, na forma do regulamento.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Sistema implantado no âmbito da EFPC, que consiste na adoção de princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos capazes de possibilitar o pleno cumprimento de seus objetivos.

IBOVESPA E IBrX

Índices que acompanham a evolução média das cotações de ações negociadas na bolsa de valores brasileira (B3). São as referências mais conhecidas para investimentos de renda variável.

INFLAÇÃO

Variação de preços de produtos e serviços expressa em percentual para determinado período de tempo (por exemplo, "a inflação foi de 0,75% em março"). É a referência para calcular o rendimento real dos investimentos e para o participante conferir o poder de compra de seu dinheiro. A inflação oficial do Brasil é medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social)

Autoridade federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, que administra o Regime Geral da Previdência Social, sendo responsável pelo pagamento da aposentadoria,

pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-acidente, entre outros benefícios previstos em lei.

META ATUARIAL

Parâmetro mínimo desejado para o retorno de investimentos, geralmente fixado como sendo a taxa real de juros adotada na avaliação atuarial conjugada com o índice do plano.

NOTAS EXPLICATIVAS

Comentário incluído nas demonstrações financeiras, que visa explicar mais detalhadamente as atividades operacionais, a situação contábil e outros fatos financeiros considerados relevantes.

PARECER ATUARIAL

É o resultado de um estudo técnico (avaliação atuarial) realizado anualmente nos planos de benefícios administrados pela Entidade. Este documento é elaborado e assinado por um atuário (profissional especializado em previdência) e deve trazer todas as informações pertinentes ao estudo realizado, como os principais resultados, as hipóteses utilizadas e, principalmente, a conclusão do atuário em relação ao estudo. As informações estatísticas e financeiras dos planos e suas respectivas regras regulamentares também são fundamentais para o estudo, que tem como objetivo principal avaliar a saúde financeira dos planos e determinar os custos que serão praticados no ano seguinte.

PARTICIPANTE

Pessoa física que adere ao plano de benefícios administrado pela entidade fechada de previdência complementar.

PATRIMÔNIO DO PLANO

É o conjunto dos bens destinados à cobertura dos benefícios prometidos, normalmente na forma de cotas de fundos de investimento, ações, debêntures, imóveis, títulos do governo e outros.

PATROCINADORA

Empresa ou grupo de empresas, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas que instituem, para seus empregados ou servi-

dores, plano de benefícios de caráter previdenciário, por intermédio de EFPC.

PECÚLIO

Montante a ser pago de uma só vez ao beneficiário, quando ocorrer morte do participante, na forma estipulada no estatuto ou regulamento da entidade.

PENSÃO

Benefício conferido ao beneficiário na eventualidade de falecimento do participante, observadas as condições do regulamento do plano de benefícios.

PENSIONISTA

Beneficiário em gozo de pensão pelo plano de benefícios.

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

Plano cujo participante conhece, no momento da adesão, o valor do benefício prefixado ou estabelecido em fórmula de cálculo conforme o regulamento. O benefício independe de saldo acumulado individual, e as contribuições são desconhecidas previamente pelo participante, podendo variar até a data da aposentadoria. Poucos planos pertencem a esta categoria atualmente.

PLANO DE BENEFÍCIOS

Conjunto de direitos e obrigações reunidos em um regulamento com o objetivo de pagar benefícios previdenciais ou assistenciais aos seus participantes e beneficiários, mediante a formação de poupança advinda das contribuições de patrocinadores e participantes e da rentabilidade dos investimentos. Possui independência patrimonial, contábil e financeira.

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

É um plano cuja característica principal é o conhecimento prévio da contribuição que será efetuada pelo participante e pela patrocinadora até a data da aposentadoria. O benefício será determinado de acordo com o saldo dessas contribuições, acrescido da rentabilidade dos investimentos. A maioria dos planos pertence a esta categoria atualmente.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Documento elaborado e aprovado no âmbito da EFPC, com observância da legislação e de acordo com os compromissos atuariais do plano de benefícios, com o intuito de definir a estratégia de alocação dos recursos garantidores do plano no horizonte de no mínimo cinco anos, com revisões anuais.

PORTABILIDADE

Instituto que faculta ao participante, em razão da cessação do seu vínculo empregatício com a patrocinadora ou associativo com o instituidor antes de ser elegível a benefícios, portar os recursos financeiros correspondentes ao seu direito acumulado para outro plano operado por entidade de previdência complementar.

PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar)

Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Fazenda com as funções de fiscalização e de supervisão das atividades das entidades fechadas de previdência complementar.

REGIME TRIBUTÁRIO PROGRESSIVO

Forma de tributação de benefícios ou resgates de plano de benefícios conforme a tabela progressiva do imposto de renda na fonte. É a mesma tabela aplicável aos rendimentos do trabalho assalariado.

REGIME TRIBUTÁRIO REGRESSIVO

Regime de tributação criado para o sistema de previdência complementar, facultado aos participantes de plano de benefícios estruturados na modalidade de contribuição definida ou de contribuição variável, mediante opção expressa, pelo qual o recebimento é tributado com base em alíquotas regressivas conforme o tempo de acumulação dos recursos.

REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Conjunto de dispositivos jurídicos que definem as condições, direitos e obrigações do participante, do patrocinador ou instituidor do plano de benefícios.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

É o documento resultante da auditoria realizada anualmente na Entidade. O relatório do auditor indepen-

dente é elaborado e assinado por um contador. Deve expressar sua opinião sobre as demonstrações contábeis e, principalmente, se as referidas demonstrações refletem a realidade e se estão de acordo com a legislação e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

RENDA FIXA

Rendimento discriminado anteriormente e geralmente expresso no corpo do título. CDB, LTN, cadernetas de poupança e títulos de crédito possuem renda fixa, que pode ser inteiramente prefixada ou vinculada à correção monetária.

RENDA MENSAL

Benefício do plano em forma de recebimentos continuados, de valor que considera o saldo acumulado e a rentabilidade dos investimentos, no caso de plano de contribuição definida.

RENDA VARIÁVEL

Aplicação na qual o retorno não tem uma relação rígida com algum indicador de mercado. Depende, portanto, da evolução da cotação do ativo nos mercados organizados, como a bolsa de valores.

RENDIMENTO LÍQUIDO

Em aplicações financeiras, é o conjunto de ganhos obtidos numa operação após o desconto do imposto de renda.

RENDIMENTO REAL

Em aplicações financeiras, é o conjunto de ganhos obtidos numa operação após o desconto da inflação.

RENTABILIDADE

Taxa de retorno de um investimento calculada pela razão entre o valor do acréscimo obtido e o valor inicial do investimento. Via de regra, a rentabilidade é inversamente proporcional à segurança do investimento e liquidez.

RESGATE

Instituto que faculta ao participante, após a cessação do seu vínculo empregatício com o patrocinador, ou associativo com o instituidor, e antes de ser elegível a benefícios, desligar-se do plano e optar por receber de volta o valor atualizado de suas contribuições pessoais ao plano. Nessa hipótese, o regulamento pode prever o desconto das parcelas de custeio administrativo e dos benefícios de risco.

RISCO DOS INVESTIMENTOS

Possibilidade de ocorrência de perda em virtude de desvio na meta estabelecida, provocado por acontecimento aleatório.



Syngenta Previ

EXPEDIENTE

Relatório Anual de Informações de 2020 é uma publicação da **Syngenta Previ – Sociedade de Previdência Privada**, dirigida aos participantes do Plano de Benefícios da Entidade. Para mais esclarecimentos, entre em contato com a Syngenta Previ por meio dos telefones 0800-729-2207 ou envie um e-mail para syngenta.previ@syngenta.com

Coordenação geral dos trabalhos, projeto gráfico e editorial:



Jusivaldo Almeida dos Santos
JSANTOS Consultores Associados Ltda.
www.jsantosconsultores.com.br



Syngenta Previ – Sociedade de Previdência Privada

CNPJ: 58.494.329/0001-36

Av. das Nações Unidas, 17.007 - Torre Sigma - 11º andar

Várzea de Baixo - São Paulo - SP - 04730-300

Tel.: 0800-729-2207

E-mail: syngenta.previ@syngenta.com

www.syngentaprevi.com.br